Guerra Colonial
Exposição de Fotografia de Fernando Farinha

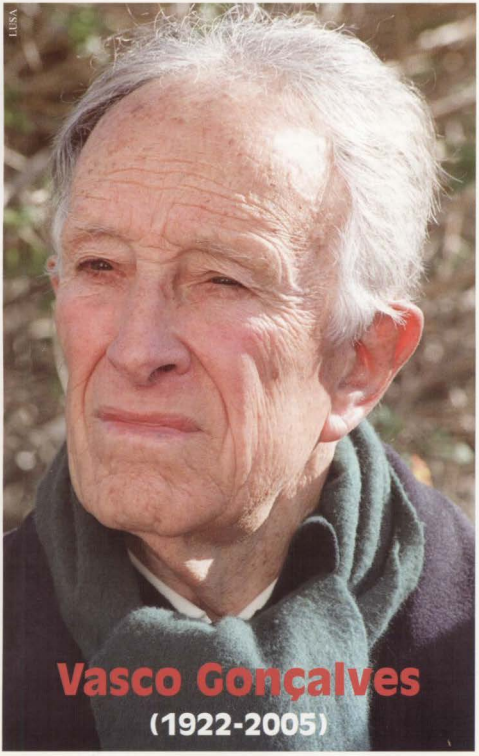
Forças Armadas
Promessas, "Fogo de Vista" e Corporativismo

referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 79 ■ Abril – Junho 2005

31 anos de Abril

LUSA



LUSA

Vasco Gonçalves
(1922-2005)

cartas de Abril

Este espaço é especialmente dedicado aos leitores. As cartas devem conter claramente a identificação e morada do seu autor. O Referencial reserva-se o direito de omitir a identificação se para tal for solicitado e de, por razões de espaço, editar (ou não) a correspondência recebida, na íntegra ou parcialmente.

Homenagens que tardam

APÓS RECEBER o último *O Referencial* onde fazia referência às comemorações do XXXI Aniversário do 25 de Abril, pensei fazer um apontamento sobre três militares que tinham caído no esquecimento da própria Associação 25 de Abril - Vasco Gonçalves, Costa Martins e Ramiro Correia (este já desaparecido).

O general Vasco Gonçalves porque após os acontecimentos do 25 de Novembro o apagaram da história. Começando pelo general Ramalho Eanes quando o mandou para a reforma compulsiva e a quem a Associação 25 de Abril nunca lhe prestou a homenagem que merecia como fez com outros militares de Abril.

O major Costa Martins porque nunca a Associação 25 de Abril desfez a cabala que foi feita contra ele por causa do dinheiro de um dia de salário para a nação pedido pelo general Vasco Gonçalves e que ficou mais do que demonstrado que nunca houve qualquer desvio desse dinheiro. *O Referencial* prestava um grande serviço à democracia se através das suas páginas desse conhecimento de todo esse processo nojento que teve a participação de algumas figuras da Associação, certamente hoje arrependidas desse procedimento.

O comandante Ramiro Correia falecido há mais de duas décadas mas de quem pouco se fala e que teve uma grande participação no 25 de Abril e na revolução que se seguiu.

Devemos respeitar a memória de Homens de Abril como Salgueiro Maia ou Melo Antunes, entre outros, mas não devemos apagar outros da história do 25 de Abril.

Infelizmente quando tinha este apontamento preparado surge a triste notícia do falecimento do general a quem o Povo aclamou tantas vezes e que agora chorou a sua morte, esse Povo anónimo que admirava e amava este homem bom a quem um dia lhe gritaram "Força, Força Companheiro Vasco, nós seremos s muralha d'aço" e "Vasco Amigo o Povo está Contigo".

Foi primeiro-ministro nos tempos do PREC (Processo revolucionário em curso) nos anos de 1974 e 1975 (verão quente).

Homem de uma grandeza de espírito e humana fora do comum, de uma honestidade assinalada por todos que com ele privaram e nada comparada com a dos actuais politiqueiros.

Não podemos de forma alguma apagar da nossa memória as conquistas conseguidas no período em que o general Vasco Gonçalves foi primeiro-ministro e não deixaremos que as queiram agora apagar.

O primeiro-ministro Vasco Gonçalves, instituiu o salário mínimo nacional para os trabalhadores.

O primeiro-ministro Vasco Gonçalves instituiu o subsídio de férias e o 13.º mês.

Foi no tempo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves que os operários e trabalhadores abriram contas bancárias para começar a depositar as suas poupanças, hoje nem dinheiro têm para matar a fome.

Não esquecemos a saúde gratuita e o ensino gratuito, outras conquistas que entretanto com o tempo desapareceram do nosso vocabulário.

A pobreza em diversas zonas do país voltou.

Nos tempos do primeiro-ministro Vasco Gonçalves não havia desemprego e houve até um crescimento do tecido económico, hoje são centenas de milhares de desempregados.

Nos tempos do primeiro-ministro Vasco Gonçalves não havia contratos a prazo, nem contratos a termo certo, nem contratos de trabalho temporário, hoje quem começa a trabalhar desconhece o dia em que vai deixar de ter emprego.

No tempo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves os pobres passaram a ter mais algumas regalias e os ricos deixaram de ter tantos privilégios, hoje os pobres são cada vez mais pobres e os ricos são cada vez mais ricos, não foi para isto certamente a Revolução dos Cravos.

Claro que o poder hoje instituído em Portugal, não deu grande importância ao falecimento do general Vasco Gonçalves, nem decretou luto nacional, apesar de ter sido primeiro-ministro deste pobre país, que é mal agradecido.

Esqueceram-se os actuais governantes que foi devido ao Vasco Gonçalves e a outros tantos "Vascos" que eles estão hoje no poder a governar o país, também não é menos verdade, que se não tem acontecido a Revolução de Abril, alguns dos actuais ministros poderiam aparecer em qualquer governo da ditadura e não dariam ares de grande aborrecimento.

Ao longo dos últimos trinta anos as conquistas conseguidas têm-se vindo a perder.

O que foi conseguido por acção directa dos Capitães de Abril hoje está a diluir-se, os actuais políticos já nem falam de Abril.

Para definir a grandeza deste homem nada melhor que citar o poema de outra grande figura da nossa cultura desaparecida logo de imediato ao falecimento do general, de seu nome Eugénio de Andrade.

Existiu na morte das três figuras desaparecidas, um misto de unidade de acção na vida e uma unidade na morte partindo juntos para outra morada – Vasco Gonçalves, Álvaro Cunhal e Eugénio de Andrade, três grandes figuras do século XX, que nunca serão apagadas da memória do Povo.

O poema escrito por Eugénio de Andrade em 14 de Maio de 1976 em homenagem ao Vasco Gonçalves diz o seguinte:

Comum da Terra
Vasco Gonçalves
Nesses dias era sílaba a sílaba
que chegavas.
Quem conheça o sul e a sua
transparência
também sabe que no verão
pelas veredas
da cal a crispação da sombra
caminha devagar.
De tanta palavra que disseste
algumas
se perdiam, outras duram ainda,
são lume
breve arado ceia de pobre roupa
remendada.
Habitavas a terra, o comum
da terra, e a paixão
era morada e instrumento
de alegria.
Esse eras TU: Inclinação da água.
Na margem vento areias mastros
lábios, tudo ardia.

Até SEMPRE COMPANHEIRO VASCO. ■

Rui Viana (apoiante nº. 1751)
Viana do Castelo

editorial

UMA INSTITUIÇÃO É, em princípio, uma entidade que promove e cultiva valores que considera merecedores de serem continuados no futuro e que têm como paradigmas personalidades que passaram pela instituição e, por terem vivido de acordo com esses valores, se afirmaram como suas referências. E por isso ficaram, porque são figuras que não morrem nunca. São os que, como Camões traduziu de forma única, se libertam da lei da morte, porque perduram como pilares das instituições que, directa ou indirectamente, contribuíram para erguer.

No nosso caso, na instituição que nos orgulhamos de ser na A25A, apesar da igual tristeza com que nos despedimos de todos os nossos companheiros que partem, quando distinguimos em *O Referencial* os que constituem as referências do nosso património comum, não o fazemos por mero registo necrológico ou pelo culto de um passado que com eles se tenha extinto. Pelo contrário, fazêmo-lo na convicção de que o registo do seu exemplo constitui um contributo inestimável para promover os valores que cultivaram em vida e que, sendo os do 25 de Abril são, naturalmente, os da A25A. É um gesto de homenagem justo e merecido, certamente, mas mais do que isso, move-nos a certeza de que estamos a destacar grandes personalidades que constituirão a galeria dos mais notáveis da geração do 25 de Abril, porque para ele contribuíram, com ele se identificaram e nunca o renegaram.

Neste número de *O Referencial* que dá, como é indispensável, particular relevo às comemorações do XXXI Aniversário do 25 de Abril, os leitores encontrarão também em destaque a presença de alguns daqueles cidadãos de Abril que partiram para ficarem. Evocá-los, homenageá-los, é também uma forma de comemorar Abril.

Vasco Gonçalves, o mais graduado do grupo inicial dos militares de Abril, do núcleo duro que tudo arriscou para derrubar a ditadura e acabar com a vergonha trágica da guerra colonial, ocupou e ocupará sempre, entre nós, como camarada, como amigo, como revolucionário, um lugar único. O relevo que lhe dedicamos é expressão desse lugar.

Ludgero Pinto Basto, uma figura singular de cidadão empenhado, solidário e desprendido, de democrata e de corajoso combatente anti-fascista, que nos orgulhamos de o ter tido como nosso associado desde a primeira hora.

Álvaro Cunhal, que não tendo sido associado da A25A – critérios discutíveis mas compreensíveis de independência partidária levaram a que os principais líderes partidários nunca tivessem aderido como associados – sempre nos distinguiu com a maior simpatia e nos mereceu o maior respeito, é um daqueles homens que, bem pode dizer-se, lavraram com o seu sacrifício, a sua lucidez, a sua coragem e tenacidade, o campo em que frutificaram as sementes de Abril.

Emídio Guerreiro até com a sua morte quis vincar os seus laços com a A25A, mas este número de O referencial estava já encerrado quando nos caiu em cima a notícia do seu falecimento. É por isso que não nos é possível incluir mais do que uma breve notícia na última página, que fica muito aquém do registo que merece e que julgamos indispensável. No próximo número dedicaremos a Emídio Guerreiro o espaço correspondente ao lugar que conquistou na A25A.

O Referencial, órgão que procura exprimir o sentir colectivo da Associação, acolhe nas suas páginas a homenagem que devemos a estes cidadãos exemplares e cujos papéis na sociedade portuguesa e mesmo além-fronteiras estão profundamente ligados aos 31 anos da Revolução de Abril. ■

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002), DR II Série, n.º91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2,
Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Narcisio Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf.: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Morreu Vasco Gonçalves

MORREU Vasco Gonçalves. A notícia chegou inesperadamente do Algarve, onde se encontrava em casa de familiares. No dia 11 de Junho, quando contava 82 anos de vida.

Figura emblemática do período revolucionário de Abril, Vasco Gonçalves surgiu no Movimento dos Capitães em Dezembro de 1973, numa reunião alargada da sua Comissão Coordenadora efectuada na Costa da Caparica. Coronel de engenharia viria a integrar a Comissão de Redacção do Programa do Movimento das Forças Armadas. Passou a ser o elemento de ligação com Costa Gomes. Como elemento da Comissão Coordenadora do MFA, foi, mais tarde, primeiro-ministro de sucessivos governos provisórios (II a V).

O corpo esteve em câmara ardente na capela da Academia Militar em Lisboa. No funeral, realizado dia 13 de Junho, para o cemitério do Alto de S. João, incorporam-se centenas de pessoas que recordaram o general como "uma referência ética e moral".

Muitos que outrora lhe disseram "Força Força Companheiro Vasco" curvaram-se agora diante da urna com cravos vermelhos e entoaram palavras de ordem de três décadas: "25 de Abril Sempre" e "Vasco Amigo, o Povo está contigo". Foi uma despedida emocionada a "um homem único".

Em homenagem à memória de Vasco Gonçalves *O Referencial* regista o comunicado da Direcção da A25A e as intervenções produzidas durante as cerimónias fúnebres pelo almirante Martins Guerreiro e pelo coronel Pinto Soares. ■

Vasco Gonçalves nas Conferências do Porto, por ocasião dos 30 anos de Abril

Ficamos mais pobres

PINTO SOARES

DEIXA-NOS, ASSIM, MAIS UM militar de Abril.

Permitam-me que, em ordem à honestidade intelectual e ao rigor sociológico, realce que não é apenas mais um.

Morreu um dos que o Povo mais amou, porque Vasco Gonçalves orientou-se sempre, ao longo da sua vida, até principalmente na vida de militar, pelos mais desfavorecidos – os sindicatos e na revolução pelos mais desfavorecidos também a quem sempre chamaria seu Povo.

Vai-se o camarada mais velho, daqueles que em 1973 não hesitaram em iniciar o Movimento das Forças Armadas, então designado por Movimento dos Capitães.

Deixa-nos o Homem corajoso, dedicado, humilde, modesto, camarada, que nós, mais jovens, nos habituámos a respeitar.

Foi sempre sua vontade, a consciente conciliação com o pensamento dos mais novos, a quem dirigiu sempre palavras de apreço e ânimo.

Quis o destino que fosse primeiro-ministro. A História de então regista divergências com o MFA. Estas existiram e ele foi honrado e leal na sua assunção. Por vontade do Conselho da Revolução deixou a ribalta política e regressou a sua casa, sentindo um duplo dever cumprido: o de que governou com paixão e dignidade e o de que mais não deveria fazer em termos revolucionários, por respeito aos representantes do MFA. Recolheu-se.

Tal como fora discreto e eficiente professor na Academia Militar, o general Vasco Gonçalves foi na Revolução e na sua preparação um pedagogo e um Amigo.

Eu e muitos de nós perdemos para sempre uma referência de carácter. O povo perde um amigo: o Camarada Vasco. O Exército perde um militar que, na Paz, em África, na Índia e na Revolução, tinha por principal preocupação dignificar as Forças Armadas.

É mais um de nós que parte. Ficamos mais pobres. Quisemos sempre ser só um. Era uma das nossas ingenuidades de jovens de 30 anos. A História encarrega-se sempre de nos contrariar e de ela própria destacar sempre alguns.

Destacou este general entre outros vivos e já falecidos.

Os historiadores e sociólogos naturalmente que iniciarão um novo período de reflexão histórico-sociológica sobre Vasco Gonçalves.

No futuro, as novas gerações poderão ler sem paixões os acontecimentos que trouxeram a Democracia dos Cravos a Portugal. Verão, então, que houve humildes e valiosos revolucionários. Verão que houve um a quem chamaram Camarada Vasco.

À família enlutada todos nós, camaradas e amigos, dirigimos as mais sólidas condolências.

A si, meu general, muito obrigado.

Que Deus o acompanhe. ■

Bem haja

MANUEL MARTINS GUERREIRO

POR AFINIDADES DE IDEAIS e familiares e também por imperativo moral, presto-lhe aqui a minha homenagem.

Recordo aquele dia, já longínquo, da Manutenção Militar em que se nos revelou em toda a sua dimensão política, ética e humana, em que revelou a sua coragem, capacidade de análise rigorosa e identificou os perigos que os ideais de Abril então corriam.

Recordo como nos sentimos imediatamente identificados consigo e aliviados por surgir, de um oficial mais antigo, uma alternativa clara na defesa de Abril, anulando a primeira tentativa de apropriação e liquidação do 25 de Abril.

Para nós da Marinha que o não conhecíamos, a revelação daquele dia perdurou para sempre: a sua clareza de ideias, o seu desinteresse por benefícios ou vantagens pessoais, a sua disponibilidade, transparência e limpidez, a sua escolha clara sem quaisquer dúvidas ou hesitações de qual era o seu lado da trincheira na luta pelas transformações sociais de modo a alcançarmos uma sociedade mais justa e feliz, com especial preocupação pelos trabalhadores e as classes mais desfavorecidas, impressionaram-nos fortemente.

Naquele dia soubemos que estávamos consigo do mesmo lado da trincheira, soubemos que o seu combate era o nosso combate.

O senhor transformou-se para nós numa referência política, ética e moral, que perdurou até hoje e perdurará no futuro.

Nem o poder, nem a luta política (por vezes de baixa política) conseguiram abalar as suas convicções ou a sua entrega generosa e total ao combate pela melhoria das condições de vida dos portugueses, pela dignificação das Forças Armadas e da nossa Pátria.

General Vasco Gonçalves: o seu exemplo de simplicidade e transparência, a sua acção e empenho, a sua figura ética, moral e política contribuíram de forma marcante para as realizações do 25 de Abril.

Bem haja!

Recordaremos sempre o homem íntegro, o cidadão excepcional, o militar corajoso e o político totalmente dedicado à causa dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos.

As sementes que lançou continuarão a frutificar no coração de muitas mulheres e homens de Portugal.

Continuaremos a sua luta por uma sociedade mais humana e fraterna. Obrigado pelo seu exemplo e integridade. A História há-de fazer-lhe justiça. Até sempre General! Até sempre companheiro! ■

Figuras públicas e gente anónima concentraram-se no último adeus ao general

Comunicado da Direcção da A25A

NA SUA REUNIÃO de 21 de Junho, a Direcção da Associação 25 de Abril decidiu propor à sua Assembleia Geral a atribuição, a título póstumo, da qualidade de Sócio de Honra aos seus associados Maria de Lourdes Pintasilgo e Vasco dos Santos Gonçalves.

Aproveitamos a oportunidade para lamentar o facto de os governos em exercício, quando do falecimento destes dois ilustres Portugueses, não terem decidido decretar luto nacional.

Essas atitudes, quando comparadas com outros lutos decretados, apenas confirmaram a ausência de critérios, que de há muito se pratica, o que, além do mais, lança a confusão e o descrédito dos governantes, junto da população portuguesa.

Com efeito, não ter sido decretado luto nacional, nos falecimentos de Maria de Lourdes Pintasilgo e Vasco Gonçalves, não diminuiu as suas figuras, diminuiu sim os governantes que não souberam reconhecer os seus serviços, méritos e qualidades.

Lisboa, 21 de Junho de 2005
A Direcção

31 ANOS DE ABRIL

LUSA

25 de Abril sempre

LUSA

O último discurso do Presidente Sampaio na cerimónia do 25 de Abril

OS PORTUGUESES celebraram o 31.º aniversário do 25 de Abril com uma sessão solene na Assembleia da República durante a qual o Presidente Jorge Sampaio (em fim de mandato) usou da palavra pela última vez, numa cerimónia daquela natureza. A Direcção da A25A difundiu a sua tradicional mensagem que se publica na página seguinte. De destacar, também, o tradicional desfile popular na Avenida da Liberdade e o comício no Rossio, em Lisboa (págs. 8 a 11); as comemorações no Porto (págs. 12, 13 e 16); e as festividades em Toronto (págs. 14 e 15)

Mensagem da A25A

POR MAIS ANOS QUE PASSEM – e foi já há 31 anos que a Liberdade aconteceu – é sempre com alegria que festejamos Abril. Fazêmo-lo exaltando a Liberdade como valor cimeiro.

Nesses primeiros tempos, com a Liberdade na rua, todos os sonhos foram possíveis, todas as lutas se travaram, muitos desejos se concretizaram. Foi o tempo do fim da Guerra e da construção da Paz.

Foram tempos conturbados, onde alguns excessos se cometeram, que criaram alguns medos junto dos mais inseguros. Foram tempos que ficaram na História como revolucionários e que, por isso mesmo, proporcionaram transformações na sociedade portuguesa, que ainda hoje vigoram.

Por muito conturbados que tenham sido esses tempos, por muito controversos que ainda hoje alguns os considerem, foram, de facto, tempos muito ricos que nos legaram algumas conquistas, ainda hoje fundamentais.

Temos hoje um Portugal muito melhor, que nos faz sentir realizados, a nós, os que protagonizámos a Liberdade. Abrimos as portas e o País soube corresponder.

Isso não impede, contudo, que continuemos a interrogar-nos face às cíclicas dúvidas, sobre se terá ou não valido a pena?

Hoje, apesar da grande onda de esperança e confiança resultante da mudança que os Portugueses clamaram, no passado acto eleitoral, continuamos a viver um período complexo e difícil.

Enfrentamos uma crise económica, financeira e social de dimensão e consequências ainda não completamente determinadas, arrastando os portugueses para um crescente desânimo, desmobilização e descrença nas instituições.

Porque será que a crise se arrasta e continuamos a divergir dos nossos parceiros europeus, apesar dos apoios excepcionais que temos recebido para o nosso desenvolvimento?

Será por falta de conhecimento e de soluções técnicas que a crise não se ultrapassa? ou haverá causas mais profundas que a não serem encaradas de frente não permitirão que as soluções técnicas, por maior mérito que tenham, resolvam por si só os problemas?

Medidas de fundo para uma saída sustentada da crise necessitam de um forte empenhamento e mobilização dos portugueses em torno de soluções credíveis, estimulantes, que eles entendam, em que acreditem e participem.

O sistema político, incluindo até os partidos políticos, tem mantido uma excessiva distanciação das populações, tornando-se permeável à interferência de grupos de interesses.

A função político-pedagógica e de mobilização da população para os objectivos e tarefas nacionais está subalternizada. As questões pessoais ocuparam lugar cimeiro e as campanhas eleitorais assumiram mesmo formas de espectáculo.

A característica participativa da nossa democracia, que a própria Constituição consagra, encontra-se fortemente diminuída, o que dá um papel quase exclusivo à sua componente representativa.

A extensão dos poderes corporativos e a falta de entusiasmo na defesa dos interesses público e geral são perversões que fragilizam a nossa Democracia e comprometem o nosso futuro colectivo.

Como diz José Gil no seu livro *Portugal Hoje – o Medo de Existir*: "Não há espaço público porque este está nas mãos de umas quantas pessoas cujo discurso não faz mais do que alimentar a inércia e o fechamento sobre si próprios da estrutura das relações de força que elas representam."

É necessário criar um "espaço público" de debate, livre de constrangimentos, estimulante, dinamizador de soluções, promotor da participação e da mobilização dos Portugueses. Temos de ser responsáveis, capazes de ajudar a encontrar soluções para os nossos problemas.

Uma cidadania reforçada, uma renovada participação cívica dos cidadãos em todas as esferas da vida nacional são condições necessárias para a superação dos nossos problemas actuais.

A A25A ciente da legitimidade que os portugueses lhe conferem, com o espírito de missão que certamente lhe é reconhecido, pensa ser sua obrigação patriótica incentivar a criação de espaços de participação, diálogo, estudo de grandes problemas nacionais, mobilizando vontades e inteligências na procura dos caminhos que nos conduzam a uma sociedade mais justa.

É isso que fizemos já com o Congresso da Democracia e que pretendemos reforçar com a continuação e o aprofundamento do Observatório da Democracia.

Passados 31 anos do acto libertador do 25 de Abril, exortamos, pois, o sistema político e os cidadãos à intensificação do debate e da participação política e cívica, à convergência das vontades e à federação dos esforços de todos em prol do desenvolvimento de Portugal num ambiente de Paz e de Justiça Social.

Assim se continuará Abril.
Viva o 25 de Abril
Viva Portugal
Lisboa, Abril de 2005 ■

Capitães de Abril na sessão solene comemorativa dos 31 anos do 25 de Abril, na Assembleia da República

31 ANOS DE ABRIL

Cidadania activa para superar os

Intervençao do vogal da Direcção da A25A, Pedro Lauret, no Rossio, no final da manifestação popular

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS do 25 de Abril,

Há 31 anos, era derrubada a mais antiga ditadura então existente.

O Movimento das FA, constituído na sua maioria por jovens oficiais, foi o herdeiro natural dos que desde 1926 foram tentando, persistentemente, derrubar a ditadura, tendo muitos deles encontrado a morte, a prisão, a tortura, a deportação a marginalização profissional e a perseguição.

Daqui saudamos todos os que nos antecederam, no difícil combate, pela causa da Liberdade e da Democracia!

O Movimento das FA imediatamente após a queda do regime, anunciou ao País que a sua acção tinha como base um programa, o Programa do Movimento das FA.

O Movimento das FA e o seu programa foram vibrantemente apoiados pelos portugueses, que saindo às ruas com um entusiasmo inesquecível, informalmente o plebiscitaram dando condições reais para a sua concretização.

O Programa do Movimento das FA previa, além da destituição dos responsáveis dos cargos políticos, e extinção das estruturas e órgãos do estado fascista, incluindo a PIDE/DGS a Censura e a LP, o exercício imediato das Liberdades nomeadamente as de expressão, reunião e associação.

Os presos políticos foram soltos.

Foi reconhecido, em relação ao problema das colónias, que deveriam ser tomadas acções que conduzissem à paz e que as soluções a encontrar seriam políticas e não militares.

Foi formalmente anunciado que num prazo de 12 meses, deveria ser eleita, por sufrágio universal, directo e secreto, uma Assembleia Nacional Constituinte que deveria elaborar a Constituição da República.

Apesar das dificuldades políticas que inevitavelmente atravessámos, dos ataques ao novo regime, e das divisões que se instalaram no seio dos que sempre se opuseram ao fascismo, um ano depois, a promessa foi cumprida.

No dia 25 de Abril de 1975 era eleita uma Assembleia Nacional Constituinte, com partidos políticos em plena actividade, com as liberdades cívicas em exercício, cadernos eleitorais rigorosamente elaborados e elevada participação.

Em 2 de Abril de 1976 é aprovada e promulgada a Constituição da República Portuguesa de 1976.

Nesse mesmo ano:

Foi eleita a Assembleia da República; foi empossado o 1.º Governo Constitucional, foram eleitas as Assembleias Regionais dos Açores e Madeira, foi eleito o Presidente da República, e foram efectuadas eleições Autárquicas.

O Movimento das FA ciente que a legitimidade revolucionária se perde quando se prolonga no tempo e quando não é transmitida a órgãos eleitos, previu, no seu próprio programa e no próprio dia 25 de Abril as condições para a transição democrática.

É portanto com orgulho que hoje relembramos que em menos de dois anos foi substituída uma ditadura, de inspiração e práticas fascistas que dominou o País durante 48 anos, por um Estado institucionalizado, com órgãos eleitos, do topo à base, desde o Presidente da República às Autarquias Locais, passando pela Parlamento e Regiões Autónomas.

Este nosso processo é hoje alvo de admiração pelos estudiosos dos fenómenos políticos, sendo objecto de teses universitárias, em Portugal e no estrangeiro e considerado um fenómeno ímpar na História do século XX, tendo influenciado, de forma ainda não totalmente estudada, a transição de outros povos para a Democracia.

Não é por saudosismo que relembramos alguns dos momentos importantes do nosso passado recente, mas sim, porque a construção do futuro pressupõe o conhecimento do passado, exige referências.

E se as referências mais positivas foram salientadas, não podemos deixar de assinalar as insuficiências que não soubemos superar e que podem estar na origem das dificuldades com que actualmente nos deparamos.

Sendo a Democracia um processo dinâmico, precisamos compreender, a cada momento, quais são os principais fenómenos inibidores do progresso, que impedem que se caminhe mais rápida e consistentemente para uma sociedade mais justa e mais próspera.

A cultura que herdámos do regime derrubado persiste, em muitos aspectos da nossa vida individual e colectiva.

Não me refiro apenas à cultura como o nível de literacia caracterizadora das pessoas e dos povos, mas a um conceito mais lato que se prende com a capacidade de todos e cada um, exercerem plenamente uma cidadania activa, participando, interferindo, colaborando criticando. E também, com a forma como são encarados e exercidos os cargos públicos, assumidos como missões nobres e de entrega pessoal na defesa do interesse geral.

O carácter do regime derrubado em 25 de Abril foi esquecido, encontra-se envolto em denso nevoeiro perverso, como bem caracteriza José Gil no seu livro: "Portugal, Hoje o medo de Existir": (e cito) *...um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante de onde provínhamos, como se a exaltação da Revolução pudesse varrer, de uma penada, esse passado negro.*

Assim se obliterou das consciências e da vida

- *a guerra colonial,*
- *as vexações,*
- *os crimes,*
- *a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou.*

Mas não se constrói um "branco" (psíquico ou histórico), não se elimina o real e as forças que o produzem, sem que reapareçam aqui e ali, os mesmos estigmas que testemunham o que se quis apagar e que insiste em permanecer.

E continua o autor: *Se, num certo sentido, se disse, até há pouco, que nada mudou apesar das liberdades conquistadas, é porque muito se*

O primeiro-ministro José Sócrates esteve nas manifestações populares

problemas actuais

O desfile na Avenida da Liberdade é um gesto que cidadãos anónimos repetem ano após ano para celebrar Abril

herdou e se mantém das antigas inércias e mentalidades da época da ditadura:

- *desde o medo, que sobrevive com outras formas;*
- *à irresponsabilidade que predomina nos comportamentos dos portugueses.*

São estas mentalidades, este medo, esta inércia, esta irresponsabilidade, esta pequenez medíocre que atravessam a sociedade portuguesa.

Não soubemos ou não conseguimos afastar alguns estigmas do regime perverso que derrubámos e que estão na origem de alguns dos mais importantes problemas que afectam a nossa democracia.

Depois do fulgor participativo que se seguiu à revolução em que se verificou uma grande generosidade e entrega, alguma ingenuidade e nalguns casos também oportunismos, os portugueses começaram a diminuir a sua participação.

Ao ímpeto voluntarista inicial não se seguiram processos de consolidação e institucionalização da maioria das iniciativas que se foram deteriorando e desaparecendo.

Porém, este estado de espírito não resulta essencialmente de alguma suposta falta de qualidades cívicas dos portugueses; este desânimo resulta, fundamentalmente, do modo como as instituições de direcção política do país têm abandonado, inibido e esvaziado as iniciativas participativas da população e dos trabalhadores.

O sistema político, incluindo também os partidos políticos, tem mantido uma excessiva distanciação das populações, tornando-o permeável à interferência de grupos de interesses.

A função político pedagógica e de mobilização da população para os objectivos e tarefas nacionais ficou subalternizada relativamente às questões pessoais e às campanhas eleitorais espectáculo.

A política encontra-se excessivamente dependente dos espaços mediáticos

A característica participativa da nossa Democracia, constitucionalmente estabelecida, encontra-se diminuída e de facto, substituída por uma característica meramente representativa.

A extensão e a capacidade de influência dos poderes corporativos e a falta de entusiasmo na defesa dos Interesses Público e Geral, são perversões que fragilizam a nossa Democracia e comprometem o nosso futuro colectivo.

Num momento em que o País atravessa graves dificuldades:

- Desequilíbrio das contas públicas;
- Estagnação económica;
- Desemprego;
- Elevados indicies de pobreza;
- Carências nos acessos à saúde, educação e justiça;

E em que assistimos a uma ofensiva em relação à legislação do trabalho e à contratação colectiva e se desenvolvem acções para se entregarem as riquezas nacionais aos privados, sejam portugueses ou estrangeiros, enfraquecendo o estado e podendo vir a impedi-lo de cumprir as suas obrigações de carácter social.

É necessário, mais que nunca, mobilizar os portugueses para a sua participação cívica, e em particular, para a participação no esforço de recuperação e modernização económica do país.

As últimas eleições legislativas registaram um aumento da afluência às urnas, invertendo uma lógica abstencionista que se vinha fazendo sentir. Os resultados expressos viabilizaram uma maioria absoluta de um partido, indicadores claros de desejo de participação e mudança.

Este acréscimo de confiança que os portugueses neste momento demonstram e que é necessário aumentar, dependerão sem dúvida das políticas que forem seguidas, e estas, poderão depender em muito da capacidade que os portugueses evidenciarem para participarem e intervirem

É necessário criar um "espaço público" de debate, livre de constrangimentos, estimulante, dinamizador de soluções, promotor da participação e da mobilização dos portugueses, responsabilizador, capaz de se tornar agente de estabelecimento de verdadeiros compromissos.

Uma cidadania activa, uma renovada participação política e cívica dos cidadãos em todas as esferas da vida nacional, são condições necessárias para a superação dos nossos problemas actuais.

Passados 31 anos do acto libertador do 25 de Abril, exortamos pois, o sistema político e os cidadãos, à intensificação do debate e da participação política e cívica, à convergência das vontades e à federação dos esforços de todos os portugueses, em prol do desenvolvimento de Portugal num ambiente de Paz e de Justiça Social.

Viva o 25 de Abril

Viva Portugal. ■

31 ANOS DE ABRIL

Os sonhos de ontem são também

Intervenção do representante da Juventude proferida no comício do Rossio, no final da manifestação popular

LUSA

VOLVIDOS QUE ESTÃO trinta e um anos sobre a revolução dos cravos, o Portugal de ontem, o Portugal da repressão, da ditadura, da castração do pensamento, da resignação, chega até nós, jovens, através dos testemunhos dos mais velhos. É a memória daqueles que viveram num Portugal sombrio e atávico, onde se matavam os sonhos à nascença, que nos permite reconhecer a liberdade, não como uma dádiva, mas como conquista árdua.

Foi numa madrugada de Primavera que os jovens militares de Abril num gesto de corajosa generosidade despertaram em todos os anseios escondidos, as vontades caladas, por fim a esperança materializou-se.

No país de Abril todos os sonhos eram possíveis, a liberdade não tinha barreiras e aquele povo que por tanto tempo só conheceu o amargo sabor da tirania, partiu à conquista das suas profundas aspirações, com o entusiasmo e a paixão de quem até então só vivera numa imensa prisão.

A revolução colocou finalmente o poder ao serviço de todo o povo e não só de alguns. Conquistou-se o direito à educação, à saúde, à cultura, à justiça, à habitação, devolvendo o Estado à sua função desejada, o de ser o guardião dos direitos sociais. Os trabalhadores ganharam os seus direitos laborais: o direito à greve, à reforma, às férias remuneradas, à estabilidade laboral, entre outros. A mulher iniciou a sua emancipação, num processo ainda em desenvolvimento. Por fim reconheceu-se o direito de associação e legalizaram-se os partidos permitindo a todos intervir nos destinos do seu país. Lançaram-se as bases para que todos se pudessem desenvolver plenamente como indivíduos e cidadãos.

Com o passar dos anos, a rotina democrática e as sucessivas desilusões com as políticas seguidas levaram a que esmorecesse o empenho popular inicial e a respectiva participação na vida activa, política e social.

O exercício do último governo foi particularmente penoso para todos aqueles fazem seus, os valores de Abril. Os permanentes ataques e atropelos daquele que foi o governo mais à direita desde a revolução levaram a uma resposta popular que se traduziu numa luta constante, nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, que conduziu à queda de tão desgraçado governo. Durante o anterior mandato imperou a lógica privatizadora dos

os de hoje

serviços sociais, o permanente cerceamento de direitos, a escalada de sacrifícios para aqueles que pouco têm e a defesa aguerrida dos interesses já estabelecidos. A tentativa de reduzir a expressão da democracia aos pontuais actos eleitorais é também um elemento que tem sido permanente na governação dos últimos anos. Reduzindo os espaços de participação cívica, elimina-se a participação popular, abdica-se automaticamente do contributo fértil que todos nós podemos dar ao nosso país.

Os resultados eleitorais expressaram sem quaisquer dúvidas o repúdio popular e a vontade de mudança para políticas centradas em preocupações sociais, que garantam o bem-estar para todos, ao invés dos permanentes sacrifícios em prol de interesses de poucos. Resta agora dar consequência a essa vontade com a efectiva aplicação de políticas que sejam consequentes com o espírito da revolução dos cravos.

Convém recordar que os jovens têm sido sempre os mais afectados pelos retrocessos sociais. São os jovens os mais condenados à precariedade laboral, aos baixos salários, uma situação que este código laboral veio agravar com o seu ataque à contratação colectiva.

As mulheres no Portugal do século XXI ainda se arriscam a ser condenadas por interromperem a gravidez, é urgente resolver de vez este assunto sem mais demoras.

É curioso observar que os ataques à educação já partiram de políticos que viram o seu acesso ao ensino, sem barreiras sociais e económicas, salvaguardado pela revolução de Abril. O ensino público, de qualidade e gratuito foi uma das mais preciosas conquistas.

Os efeitos da perda de direitos dos jovens reflectem-se já numa pirâmide etária invertida que põe em risco o desenvolvimento do país e a sua segurança social.

Mas o que nos ensina o passado é que o marasmo é um elemento indispensável para a manutenção do estado das coisas. A intervenção cívica e social é um imperativo para todos aqueles que não estão satisfeitos com o status quo. A lição dos militares e do povo que em Abril de setenta e quatro derrotaram quarenta e oito anos de fascismo tem que estar sempre presente.

Os sonhos de ontem, são também os sonhos de hoje porque é possível um Portugal de progresso, de paz, de direitos sociais, de cultura, com qualidade de vida, preservando o ambiente. No fundo o Portugal da Revolução dos Cravos.

Viva o 25 de Abril! ■

Cerimónia da inauguração da exposição de fotografias de mestre Júlio Dinis

Exposição em Almada

A SOCIEDADE FILARMÓNICA Incrível Almadense, em colaboração com a Associação Amigos da Cidade de Almada e com o apoio da Associação 25 de Abril e da Câmara Municipal de Almada, organizou – para comemorar mais um aniversário da Revolução de Abril – de 22 de Abril a 7 de Maio uma exposição de fotografias intitulada "Almada Abril – Memórias sem Tempo".

As fotografias, da autoria do conceituado fotógrafo almadense, mestre Júlio Dinis, abarcam praticamente todas as fases da sua longa carreira de paisagista, desportista e de político, estiveram expostas nos três pisos do Salão de Festas da Incrível Almadense. Todavia, foi no piso térreo que nos maravilhámos com a forma como a objectiva de Mestre Júlio deixou retratados os inesquecíveis momentos em que em Abril de 1974 o povo quebrou as grilhetas e a Liberdade invadiu Portugal.

Na Primeira Galeria, verificámos como a sua arte deixou impressa, a preto e branco, uma visão de Almada do século XX.

Igualmente muito visitada, foi a Segunda Galeria onde podiam ser admirados os dezoito painéis, editados pelo Instituto Camões, cedidos pela A25A. bem como o improvisado auditório onde foram exibidos filmes comemorativos do 25 de Abril.

A inauguração da exposição foi feita pelo vereador da Câmara Municipal de Almada, José Gonçalves, a A25A esteve representada pelo vice-presidente da Direcção. No final da cerimónia assistiu-se à execução de um pequeno concerto musical, proporcionado pela banda da Incrível Almadense. ■

Exposição "Almada Abril – Memórias sem Tempo"

31 ANOS DE ABRIL

Comemorações no Porto

UM POUCO POR TODO O NORTE do país, a exemplo dos anos anteriores, estivemos presentes, apoiamos ou colaboramos em várias iniciativas comemorativas da efeméride.

Com maior significado integramos a Comissão Organizadora das Comemorações Populares na cidade do Porto, onde estamos sedeados. Em conjunto com outras entidades da cidade e do distrito.

Com algum apoio do Governo Civil do distrito do Porto e da Câmara Municipal do Porto, foi elaborado um programa idêntico a anos anteriores, com espectáculos na noite de 24 de Abril e tarde de 25, na baixa portuense. Decorreu também um desfile cívico, entre as antigas instalações da ex-PIDE/DGS e a Praça da Liberdade, findo o qual o presidente desta Delegação leu nessa Praça, a mensagem da nossa Associação.

As comemorações findaram com uma iniciativa nossa no dia 21 de Maio, que se divulga, em peça separada. ■

O referendo em debate

NO PEQUENO AUDITÓRIO do Teatro Rivoli, na cidade do Porto, integrado nas Comemorações Populares do 25 de Abril nesta cidade e por iniciativa da Delegação do Norte da nossa Associação, teve lugar em 21 de Maio p.p., com início pelas 15 horas, um debate subordinado ao tema" O Referendo – um instrumento democrático.

Foram convidados e apresentaram os seus trabalhos sobre o tema:
Dr. Carlos Laje – Grupo Parlamentar do PS
Dr. Jorge Neto – Grupo Parlamentar do PSD
Victor Dias – Ex- dirigente do PCP
Dr. Diogo Feyo – do CDS/PP

Foi moderador o Dr. João Magalhães, ex-dirigente da Associação 25 de Abril.

Este debate foi antecedido de uma sessão de apresentação do "Projecto de História Oral", iniciativa em curso desta Delegação em parceria com a Universidade Popular do Porto.

É um projecto de reconstituição histórica do processo do 25 de Abril na zona do Porto, seus antecedentes mais próximos e fenómenos mais imediatos, apoiado em entrevistas audiovisuais com alguns dos seus actores, militares e ex-militares.

Qualquer das iniciativas decorreu de uma forma muito meritória e prestigiante para a Associação 25 de Abril, como foi corroborado não só pelos convidados, como por alguns dos poucos assistentes presentes.

Registam-se, a seguir, as intervenções dos convidados do PCP e do CDS/PP.

Intervenção do Dr. Diogo Feyo. Gostaria de começar a minha intervenção cumprimentando de uma forma muito especial a delegação do Norte da Associação 25 de Abril. Faço-o por duas razões. A primeira está relacionada com a sua participação constante na res publica; a segunda é devida à escolha do tema deste debate. De facto, o referendo como instrumento democrático corresponde a um tema actual, interessante e está na primeira ordem do dia das discussões de carácter político neste início do século XXI. Assim, agradeço vivamente o convite que foi endereçado ao meu partido para participar num momento que com toda a certeza vai dignificar a democracia.

Em relação ao tema em concreto, importa salientar que - devido a vicissitudes várias - o referendo tem passado, no nosso sistema político, por algumas dificuldades. Mas aquilo que hoje é objecto deste debate corresponde a um plano de natureza abstracta. Assim, irei tentar analisar as origens da ideia de referendo, a sua função actual, a previsão que em Portugal se faz deste instituto, e, por fim, as perspectivas de futuro quanto à sua aplicação.

1 – Origens.

A génese do referendo é muito remota. Está, desde logo, intimamente relacionada com a ideia de democracia, seja na forma existente na extraordinária civilização grega, ou mais recentemente na democracia saída das revoluções liberais.

Quem queira encontrar um autor que aplica o sistema da democracia directa pode, evidentemente, pensar em Rousseau que terminou a defender o Governo de Convenção.

De todo o modo o referendo é uma forma de democracia semi-directa, diferente da democracia directa ou da democracia representativa, e que nos coloca perante de forma directa perante a questão dos limites materiais ao exercício da democracia.

2 – Função actual.

Hoje o exercício da democracia passa, de forma quase inevitável, pela articulação de todos os meios já referidos. Assim o referendo nos dias de hoje aparece, fundamentalmente, em questões de relevante interesse nacional por via de uma intervenção dos diversos órgãos de soberania que exercem o poder político.

3 – Previsão em Portugal.

De facto, a sua previsão constitucional é muito clara quanto à intervenção da Assembleia da República, Governo e Presidente da República (bem como, num plano distinto, do Tribunal Constitucional. Mas para além disso tem cuidados especiais quanto aos seus efeitos de natureza jurídica, sendo de salientar a questão da necessidade de uma participação "qualificada". Mas a jusante destas determinações jurídicas está obviamente a questão dos efeitos políticos. Esta mesma questão tem sido discutida entre nós quanto de forma mais vincada na questão relativa ao aborto.

Considero que a resolução do problema está para além de uma questão meramente formal. Corresponde a um efeito político, não se podendo admitir as repetições sistemáticas de referendo até que se alcance um determinado resultado.

Entendo, até, que no plano geral cada vez mais se deve sublinhar a necessidade de existência de referendos quanto a questões que vão para além da consciência individual. Considero que antes devem ser por objecto verdadeiras opções estratégicas como a ratificação de tratados internacionais.

4 - Perspectivas de futuro

Para além das anteriormente referidas saliento:
- Uma discussão que quanto ao âmbito e efeitos dos referendos se centre no plano material, e não tanto no formal ou legal;
- A abertura a novos assuntos que possam ser sujeitos a referendos;
- Fazer alterações ao seu regime jurídico, desde logo encurtando alguns prazos, sem pensar apenas na resolução de problemas políticos concretos e transitórios;
- O referendo tem de deixar de ser um mero instrumento nas mãos de uma maioria que é sempre conjuntural e prende apenas resolver os seus problemas de momento;
- A necessidade de terminar com a lógica de referendos e contra-referendos;
- A importância de salientar o papel essencial do Presidente da República quanto a esta questão;
- Os referendos devem ser instrumento de mobilização da sociedade civil quanto a certos assuntos;
- A possibilidade de até servirem, para de forma indirecta, aproximar eleitores e eleitos (o exemplo daquilo que actualmente se passa na blogosfera é disso bem demonstrativo);
- Por fim, é essencial dar um grande impulso aos referendos locais. Moro no Porto e posse dar mais de uma dezena de exemplos de matérias que nos últimos anos poderiam ter

sido objecto de referendo. Espero que no futuro isso seja possível. Por esse meio passa muito o futuro dos referendos.

Espero que com esta intervenção possa ter criado um melhor debate sobre esta motivante matéria. Muito obrigado.

Intervenção de Vítor Dias (PCP). Queria começar por agradecer o convite da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril para participar neste debate em representação do PCP, ao mesmo tempo que sublinho o interesse de iniciativas como esta e a contribuição que a Associação 25 de Abril tem dado para o debate dos problemas da vida nacional e que, ainda há pouco tempo, teve relevante expressão na organização do Congresso da Democracia.

A respeito do tema deste debate, gostaria de deixar um conjunto de anotações que podem parecer elementares ou óbvias mas que a mim me parecem importantes face a simplificações e superficialidades muito frequentes.

A primeira observação destina-se a deixar claro que consideramos de facto o referendo um importante instrumento democrático (por via do envolvimento directo dos cidadãos em decisões fundamentais e consequente reforço da democracia participativa sem lesão da democracia representativa) mas que não deve ser nem banalizado nem mitificado.

A segunda observação propõe-se recapitular que, como se sabe, o referendo só foi constitucionalmente consagrado na revisão de 1989 e, em nossa opinião, isso deve-se em boa medida ao inquinamento que certas posições de direita trouxeram a esta questão.

De facto, nos primeiros anos da revolução de Abril e mesmo durante a década de 80 (como foi o caso de reivindicações e propostas de Sá Carneiro, Soares Carneiro e Freitas do Amaral) foram sucessivamente agitadas reclamações visando sobretudo referendar a Constituição de 1976, ou seja do recurso ao referendo para combater e contestar o ordenamento constitucional nascido da Revolução.

A terceira observação pretende sublinhar que, a nosso ver e de uma forma geral e salvo as excepções de que adiante falaremos, quer a consagração constitucional do referendo quer as sequentes leis que o regulamentaram tiveram em conta esse inquinamento e adoptaram regras prudentes e avisadas destinadas a impedir a subversão deste instituto.

Como elementos muito positivos do regime do referendo que veio a ser adoptado, destacaria designadamente os seguintes:

- a obrigatoriedade da fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional da constitucionalidade da pergunta ou perguntas propostas para o referendo e a impossibilidade de o Presidente da República convocar referendo em caso de declaração de inconstitucionalidade;
- a circunstância de a Assembleia da República poder propor referendos mas não os poder convocar e de caber ao Presidente da República o poder de convocar referendo mas só sob proposta da AR ou do Governo, não detendo assim iniciativa própria nesta matéria;
- em termos gerais, a lista de matérias que, constitucionalmente, não podem ser sujeitas a referendo;
- e a proibição da realização simultânea de referendos e de outros actos eleitorais.

A quarta observação propõe-se identificar alguns pontos mais controversos, polémicos ou mesmo claramente negativos, área em que destacamos os seguintes aspectos:

- a impossibilidade – persistentemente defendida e imposta pelo PS e pelo PSD – de sujeitar a referendo a globalidade de tratados internacionais , designadamente sobre matéria da construção europeia, limitando-os a «questões» de relevante interesse nacional, ao contrário do que o PCP repetidamente propôs (nas revisões de 97, de 2001 e 2004), estando agora ensejado o acordo do PS, do PSD e do CDS-PP a esta velha proposta do PCP, depois de o TC pela segunda vez declarado inconstitucional a pergunta para um referendo sobre matéria europeia aprovada pelo PS, PSD e CDS-PP na AR;
- a questão da exigência de uma participação eleitoral de mais de 50% como condição do carácter vinculativo do resultado do referendo; e se é certo que esta questão é hoje do domínio dos factos consumados (e até pode, conjunturalmente, dar jeito a uns ou a outros) mas na época era inteiramente legítima a questão de saber se era legítimo exigir para um referendo o que não exige em qualquer outro acto eleitoral e se este sistema não significar entregar a sorte das decisões aos abstencionistas;
- o tratamento diferenciado e discriminatório que foi dado à questão do referendo da regionalização (ou melhor dizendo da institucionalização em concreto das regiões, já que estas, estando consagradas na Constituição, não podem ser sujeitas a referendo); esse tratamento diferenciado e discriminatório consistiu em que, enquanto para todas outras matérias (que não estejam proibidas de referendar) o que a Constituição estabelece é a possibilidade da realização de referendo, no caso as regionalização já estatui a sua obrigatoriedade, o seja o referendo passa a ser um passo estruturante e incontornável do processo de criação das regiões administrativas; mais. Prescreveu-se mesmo na Constituição que a regionalização só podia avançar caso no referendo tivesse sido aprovada por uma maioria dos eleitores (e não meramente dos votantes), o que significa impor às forças, movimentos e cidadãos que defendem a regionalização a obrigação de garantirem uma participação eleitoral de mais de 50%, enquanto aos adversários da regionalização até é permitido apostarem na carta da abstenção como forma de obter o resultado que pretendem.

A quinta observação visa salientar que uma coisa é a arquitectura jurídica adoptada para o regime do referendo e outra pode ser – e, em nossa opinião, foi – a tramitação concreta que em dois casos o referendo já teve em Portugal.

Com efeito, os referendos não devem ser uma arma de arremesso para pôr em causa decisões da AR, antes devem ser instrumentos de consulta popular que, tendo carácter vinculativo, condicionam a liberdade de decisão da AR. Mas, se não do ponto de vista formal pelo menos do ponto vista da substância política, quer o referendo sobre a despenalização do aborto que o sobre a regionalização (ambos em 1998) foram convocados num quadro e nu contexto de cedências do PS ao PSD e já depois de na AR se ter afirmado uma maioria parlamentar favorável à despenalização do aborto e à regionalização.

A sexta observação procura sublinhar que as questões de constitucionalidade e de legalidade são naturalmente muito importantes mas não absorvem nem esgotam os padrões de avaliação política dos referendos. Com isto, queremos dizer que, ao contrário do que por vezes se lê ou ouve, tem de ser visto com toda a naturalidade que os partidos não tenham de acompanhar a realização de todos os referendos só porque são sobre matérias referendáveis e porque a pergunta foi declarada constitucional. E que ajuízem sobre os referendos, as suas matérias e calendários em função de juízos políticos (por exemplo, a despenalização do aborto é do ponto de vista constitucional referendável mas isso não me tira legitimidade para sustentar que a delicadeza desta matéria pede mais a racionalidade de decisões da democracia representativa do que um referendo).

Por outro lado, quando o PS e o PSD se concertam para fazer um referendo sobre a «Constituição europeia» no mesmo dia das eleições autárquicas certamente que pesa nessa decisão o facto de ambos os partidos defenderem o sim nesse referendo e, por isso, não correrem o risco de alguma contaminação eleitoral negativa sobre as seus resultados nas eleições autárquicas. Aliás, se a simultaneidade das eleições autárquicas com um referendo fosse feita não sobre a Constituição europeia mas sobre a despenalização do aborto, estamos convencidos de que, nesse caso, pelo menos os candidatos e organizações do PS no Centro e Norte do país correriam a Lisboa para impedir essa simultaneidade.

A sétima e última observação destina-se apenas a não passar ao lado de um problema sério que a experiência referendária portuguesa evidenciou e que consiste numa muito baixa participação dos cidadãos. Mas, nesta ocasião, não há condições para adiantar muito sobre o assunto, tanto mais que pensamos que a discussão sobre as razões desse relativo desinteresse tem de abranger um reflexão exigente sobre as mudanças que se tem verificado na relação dos cidadãos com a política e na própria evolução da vida política e dos termos em que decorre. ■

31 ANOS DE ABRIL

Actuação da Lusa Can Tuna durante o almoço comemorativo do 31.º aniversário do 25 de Abril

Comemorações em Toronto

APRÍGIO RAMALHO

CORRESPONDENDO AO CONVITE que me foi dirigido pelo Presidente da Associação Cultural 25 de Abril de Toronto – Núcleo Capitão Salgueiro Maia, desloquei-me a esta cidade para em representação da A25A participar nas Comemorações do 31.º Aniversário do 25 de Abril.

Sendo a primeira vez que iria festejar este inesquecível dia fora de Portugal, na companhia de compatriotas que continuam a lutar para manter viva a chama da esperança que foi para todos os Portugueses, o nosso glorioso 25 de Abril de 1974, um misto de expectativa e emoção se apoderou de mim e da minha mulher que me acompanhou.

Após a chegada a Toronto, rapidamente percebi o forte empenho e o grande espírito de entreajuda existentes no seio da Direcção daquela Associação. Foi assim possível concretizar com êxito e brilhantismo, as várias iniciativas focalizadas nas Comemorações do 31.º Aniversário do 25 de Abril que, para além deste objectivo, são importante contributo para o desenvolvimento do espírito associativo e para o reforço dos laços que ligam a comunidade portuguesa à sua pátria, hoje livre, democrática e respeitada internacionalmente.

Como elemento muito importante para atingir este desiderato, realço a excelente revista que publicaram e que foi profusa e gratuitamente distribuída aos portugueses residentes na região de Toronto.

Das iniciativas em que tive o privilégio de participar, sempre acompanhado pelo incansável e dinâmico presidente da Direcção, Carlos Morgadinho, destaco:

Visitas à Rádio Asas do Atlântico e à estação de televisão FPTV (Festival Português Televisão), onde fui entrevistado em directo nos programas que emitiam em língua portuguesa;

Visita à principal associação sindical – Universal Workers Union, Local 183 Toronto – que integra um número elevado de trabalhadores portugueses. Aí fomos amavelmente recebidos e presenteados por destacados membros da Direcção, constituída maioritariamente por portugueses, facto que de certo modo me surpreendeu, mas que me deixou muito orgulhoso, pelo importantíssimo trabalho que vêm desenvolvendo com assinalável êxito;

Visita à Galeria dos Pioneiros Portugueses, local que muito me tocou, pelo interessante e representativo material que aí está exposto. Preservando e simultaneamente dando vivo testemunho da memória de uma comunidade que ao longo de várias décadas vem labutando e contribuindo com o seu esforço e engenho para o progresso do grande país que é o Canadá.

É de elementar justiça que aqui destaque, para além do seu fundador, Manuel da Costa, os dois principais e devotados obreiros desta realidade, José Mário Coelho e Bernardete Gouveia, que vivamente felicito.

Como ponto alto, realço o almoço comemorativo do 31.º Aniversário da Revolução dos Cravos, que teve lugar nas simpáticas instalações da Casa do Alentejo de Toronto, com forte participação de portugueses e com a presença de vários convidados, dos quais destaco: O ministro da Imigração do governo Canadiano; representante do deputado federal de origem portuguesa; deputados provinciais; vereadores do Município de Toronto; o embaixador de Angola e o cônsul-geral de Portugal.

Nas intervenções feitas por estas entidades, foi tónica dominante a muita consideração e o reconhecimento da importância da comunidade portuguesa residente na região de Toronto, bem como o respeito e admiração pelo 25 de Abril português.

Como convidado de honra representando a A25A, fiz uma intervenção onde para além de felicitar os promotores de tão importante e significativa jornada, enalteci o nosso 25 de Abril e apelei à participação cívica de todos os portugueses, nos momentos e actos determinantes para o futuro do nosso País.

O almoço que se prolongou com um alegre e festivo convívio musical, contou com a participação da Banda do Senhor Santo Cristo de Toronto, que entre outros trechos tocou os Hinos Nacionais de Portugal e do Canadá, com o guitarrista Nuno Miller, que interpretou muitos temas bem presentes na nossa memória, com o grupo Tropical 2000, que nos brindou com várias canções bem populares e ainda com a Luso Can Tuna. Para além de ser constituída por estudantes pertencentes à comunidade portuguesa de Toronto, surpreendeu-nos e emocionou-nos ao apresentar para além dos habituais números do seu reportório, trechos que adaptaram propositadamente para esta festa, como símbolos históricos do 25 de Abril, as canções "E Depois do Adeus"e "Grândola Vila Morena".

Gostaria de me alongar bastante mais, porque assim o merecem os nossos associados e amigos que com tanto carinho, esforço, determinação e entusiasmo, vêm ano após ano, conseguindo manter bem viva a chama e os ideais de Abril na longínquas terras do Canadá. Mas as condicionantes da paginação de *O Referencial*, necessariamente me obrigam a ser comedido.

Assim, não posso terminar sem agradecer a enorme simpatia e o forte calor humano transmitidos a mim e à minha mulher por todos os amigos e amigas que nos acompanharam, connosco conviveram e nos rodearam de atenções. Na impossibilidade de aqui os nomear, compreensivelmente e como justo reconhecimento e homenagem, faço-o nas pessoas do grande artífice destas jornadas, Carlos Morgadinho e da sua amável esposa. A todos enviamos um forte e sentido abraço com um bem hajam. ■

Visita à Universal Workers Union (principal associação sindical)

Aprígio Ramalho com o ministro da Imigração do Governo canadiano

Entrega de lembranças ao embaixador de Angola e à Lusa Can Tuna

31 ANOS DE ABRIL

Concurso Escolar "Abril e Liberdade"

PORQUE CONSIDERAMOS que o aprofundamento do legado histórico da Revolução de Abril é fundamental para o desenvolvimento social do nosso país, a Delegação do Norte da Associação 25 de Abril propôs a alunos e professores das escolas básicas e secundárias da região Norte a participação num projecto pedagógico tendo como finalidade última a valorização desse legado entre as gerações mais jovens.

A iniciativa inscreveu-se na celebração do XXXI aniversário do 25 de Abril e foi especialmente dirigida aos jovens que frequentam as escolas públicas do Ensino Secundário e dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico.

Tratou-se de um concurso de trabalhos escolares de expressão poética no âmbito do tema Abril e Liberdade. O projecto teve como objectivos específicos:

- promover atitudes favoráveis à defesa da liberdade;
- favorecer o desenvolvimento da criatividade;
- fomentar a produção de trabalhos literários por parte dos alunos.

O apelo à participação nesta iniciativa pretendeu assim contribuir para o desenvolvimento das capacidades de expressão verbal e do gosto pela escrita bem como do hábito de pesquisa sobre a História Contemporânea de Portugal.

Candidataram-se setenta e três alunos dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, através da apresentação de trabalhos escritos na modalidade de poesia. A apreciação dos trabalhos esteve a cargo de um júri constituído por membros da Direcção da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril. A ordenação dos trabalhos e a atribuição de prémios foi determinada por critérios de análise baseados nos seguintes parâmetros: adequação ao tema, originalidade, composição formal (no caso da poesia visual) e qualidade literária.

A 13 de Junho passado, na Academia das Colectividades do Porto, teve lugar a sessão de entrega de prémios bem como a exposição dos trabalhos.

Apresentam-se de seguida os trabalhos vencedores, que são os seguintes:

A – alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico

1.º Classificado: Carlos Miguel Moreira de Carvalho – 5.º Ano – turma C - Escola Básica 2/3 de Paço de Sousa (Penafiel)

B – alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico

1.º Classificado: Abraham Quintas – 9.º Ano – 4a – Escola Secundária Manuel Gomes de Almeida (Espinho)

C – alunos do Ensino Secundário

1.º Classificado: Ana Raquel Almeida – 10º Ano – turma C Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)

Menções honrosas:

a) Trabalho colectivo do 5.º ano – turma F – Escola EB 2/3 Gil Vicente (Guimarães);

b) Trabalho conjunto de Ana Rita Magalhães e Gabi Almeida – 5.º Ano – turma A – Escola Básica 2/3 de Real (Braga). ■

Cerimónia de entrega de prémios na Academia das Colectividades do Porto

Liberdade em Abril

Pobreza,
Guerra,
Crueldade,
Será que o povo não merecia liberdade?
Analfabetismo,
Morte,
Opressão,
Porque é que ninguém lhes coloca travão?
Porque não acabar com este desalento?
Descontentamento,
Fome,
Pide,
Seja bem-vinda a Revolução!
Manifestação
Armas,
Cravos,
Voto, Paz,
Democracia,
Agora podemos exultar de Alegria!

Carlos Miguel M. Carvalho
5.º Ano — Turma C
Escola Básica 2/3 de Paço de Sousa

Madrugada D'Abril

Era Madrugada
Num país fechado...
Um povo sereno dormitava,
Amordaçado!
Pelas teias do tirano,
Décadas de embuste,
Histórico engano!
Era madrugada...
Num dia de Abril.
Capitães e soldados,
Levantavam seu fuzil
De cravos carregado.
Disparavam esperança
Sobre um povo abusado,
Abraços fraternos
Sem vingança!
Era madrugada...
Na minha cidade
Em Abril, gente de alegre paz,
Despertara para a Liberdade!

Abraham Quintas
n.º 1, 9.º, 4.ª

Eu também quero ser livre

Como tu Abril,
Eu também quero ser livre:
Como os pássaros que deslizam no céu
Como as ondas que enrolam no mar
Como as estrelas envolvidas num negro véu.
Como tu Abril,
Eu também quero ser livre:
Como uma flor a desabrochar na Primavera
Como o orvalho de cristal ao despertar
Como o Sol imenso, pleno, quieto na atmosfera.
Como tu Abril,
Eu também quero ser livre:
Como o vento que sibila baixinho
Como a terra que nos oferece caminho
Como as cores do arco-íris aglomeradas.
Como tu Abril,
Eu também já sou livre:
Para todas as forças de opressão combater
Para exprimir sem coacção meus íntimos ideais
E transformar minha pátria num melhor lugar para viver.

Ana Raquel Almeida
10.º Ano – turma C
Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)

ANA CLARA FARIA ARTUR *

Cresci com inveja de não ter vivido o 25 de Abril

A comemoração do dia 25 de Abril durante a minha infância foi vivida de maneira especial. Tal como aos fins-de-semana, nos dias feriados acordava cedo e entusiasmada porque podia ocupar o meu lugar preferido no sofá e assistir aos desenhos animados até à hora do almoço.

Durante anos, neste dia, acendia a televisão e desanimava, de imediato, porque aquele feriado era dos tais em que os discursos na Assembleia tinham primazia sobre os meus desenhos animados. E eu ali ficava entediada, já sem sono para voltar para a cama, na esperança de que a qualquer momento a justiça fosse feita, colocando no ar o que eu realmente queria ver. Passava a manhã nisto: não percebia nada do que aqueles adultos diziam, revia mentalmente as crianças que conhecia e nunca descobri nenhuma que gostasse daquilo, e indignava-me com aquela programação no horário dos mais pequenos, mas também não arredava pé.

Entretanto, a família começava a acordar e a despachar-se com a calma própria de feriado. Geralmente, enquanto se tomava o pequeno-almoço, ouvia-se o barulho dos aviões da Força Aérea que ali passavam a caminho do desfile. Corríamos todos para os vermos voar no quadro da nossa janela até desaparecerem por cima do prédio. Com o passar dos anos comecei a identificar este momento com o do início da "movimentação das tropas". A partir daqui os desenhos animados eram completamente postos de lado, porque começava outra animação. A casa era invadida pelo som das músicas de intervenção, algumas mais conhecidas do que outras, que o pai punha a tocar a partir dos vinís. Eu e a minha irmã éramos convocadas à sala, para melhor ouvir a música e as respectivas explicações sobre cada uma delas. Cantávamos e acompanhávamos as coreografias do meu pai. A mãe também era chamada a tirar alguma dúvida sobre o nome dos autores ou datas. Depois vinha o almoço e com isso explicações mais sérias sobre o 25 de Abril, acerca do antigamente, dos homens da revolução, dos partidos, etc.

E durante anos foi assim, até que já sabiamos as canções de cor e que permanecem na memória ainda hoje, até que já sabíamos quem tinha sido quem na Revolução, porque é que ela tinha acontecido e a sua importância. As conversas foram-se tornando mais sérias e as nossas perguntas mais complexas.

Com os documentários e filmes que entretanto fui assistindo, mais algumas experiências contadas por pessoas fora do ambiente familiar, fui completando a história da época e daquele momento único. Com pena minha nenhuma das coisas que sei sobre o 25 de Abril se devem à escola, uma vez que dos 12 anos que frequentei de escolariedade obrigatória nunca me ensinaram nada sobre o 25 de Abril, facto justificado com a desculpa do costume de falta de tempo, de programas demasiado longos. Embora saiba que por esta situação passaram, sem culpa, milhares de alunos, não deixo de sentir um misto de vergonha e constrangimento. Como é possível permitirem que os jovens cresçam sem saberem a História contempoânea do seu país?

De certo nunca irei compreender na sua totalidade esta Revolução, não passei por ela, nem por nenhum momento de semelhante intensidade, muito menos por um ambiente fascista. Mas nunca deixo de me arrepiar e fascinar ao ver as imagens da multidão e de invejar a coragem que se teve para mudar a situação e fazer uma revolução. Por vezes, penso que o 25 de Abril colocou a fasquia demasiado alta para nós jovens que somos muitas vezes conotados de conformistas e inertes, contudo a Revolução permitiu que vivêssemos com outras condições e com outros interesses. Colocando nostalgias de parte, a Revolução de 25 de Abril foi um acontecimento de importância inquestionável, que não se vai voltar a repetir tal como aconteceu em 1974, mas mais revoluções com outro argumento e com outras personagens virão a ser certamente realizadas. ■

** Ana Clara Faria Artur tem 25 anos e frequenta o último ano da licenciatura em Produção de Cinema*

Morreu Álvaro Cunhal

ÁLVARO CUNHAL morreu, dia 13 de Junho, na sua residência particular nos Olivais, em Lisboa. Contava 91 anos de idade.

Líder histórico do Partido Comunista Português, a sua vida confunde-se com a história do partido que refundou e dirigiu durante décadas, com a luta e resistência contra a ditadura e, naturalmente, com a Democracia surgida após 25 de Abril de 1974.

Não se estranhe, por isso, que o seu funeral realizado dia 15 de Junho, a pé do Centro de Trabalho Vitória para o cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, onde foi cremado, tenha constituído uma das mais impressionantes manifestações de pesar e simultaneamente de afirmação política, registada nos últimos anos.

Álvaro Barreirinhas Cunhal nasceu em Coimbra em 1913. Aos 17 anos filiou-se no PCP. Detido pela PIDE em 1949, esteve preso durante 11 anos.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, e defendeu tese sobre o aborto, obtendo as mais altas classificações, não obstante ter concluído o curso quando se encontra detido pela PIDE.

Sofreu a tortura e isolamento na prisão, onde lhe foi imposto o regime da incomunicabilidade, durante anos. Em Janeiro de 1960, evadiu-se do Forte de Peniche e regressou à clandestinidade. Exilou-se no estrangeiro e só regressou a Portugal a 30 de Abril de 1974. Poucos dias depois, tomaria posse como ministro Sem Pasta do I Governo Provisório.

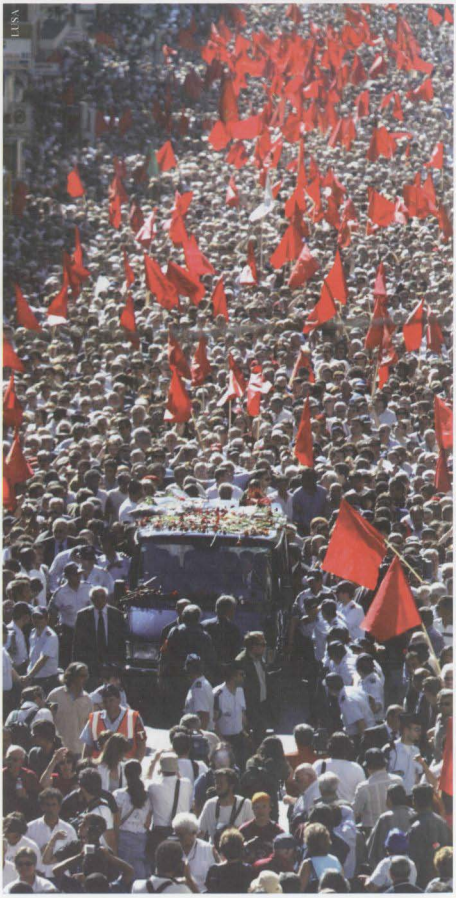
Deixou a liderança do PCP em 1992, na altura em que Carlos Carvalhas lhe sucedeu como secretário-geral do Partido. Iniciou então um novo período da sua vida, retirando-se gradualmente da vida pública e passou a dedicar-se exclusivamente às artes.

Ideólogo do marxismo-leninismo, Álvaro Cunhal deixa vasto trabalho nesse domínio, mas revelou-se também com obra feita na literatura e reconheceu como seu o pseudónimo de Manuel Tiago na ficção literária.

Dotado de uma cultura invulgar deixa marcas em todos os domínios nomeadamente nas artes plásticas de que são exemplo célebre os desenhos da prisão.

Nos últimos anos de vida manteve-se afastado da vida pública em virtude da idade e dos problemas de saúde.

O país político e muita gente anónima, nas ruas de Lisboa, prestaram-lhe o tributo que a sua vida justifica. ■



Um revolucionário exemplar

MIGUEL URBANO RODRIGUES

NÃO RECORDO UM FUNERAL comparável ao de Álvaro Cunhal. Nele, comunistas e não comunistas, desfilaram ombro a ombro no adeus a um revolucionário exemplar.

Admito que fora do país a lembrança mais permanente que dele vai perdurar será a do dirigente comunista de prestígio mundial.

Mas não é fácil avaliar uma personalidade tão complexa. Trabalhei com ele mais de dez anos e desde que o conheci identifiquei no cidadão e no revolucionário um daqueles seres raros vocacionados para fazer *bem* tudo o que empreendem no caminhar da vida.

A sua obra será com o tempo fonte de consulta indispensável para a compreensão do Portugal do século XX. Ninguém como ele iluminou as lutas da época do fascismo e aprofundou a análise das estruturas sociais do povo que foi sujeito da breve mas luminosa saga da Revolução de Abril.

A poderosa criatividade de Álvaro Cunhal como estratego afirmou-se sobretudo a partir de 1976, quando se iniciou no país aquilo a que ele chamou a «política de recuperação capitalista». Se é um facto que as grandes conquistas de Abril se materializaram no período compreendido entre a malograda intentona da «maioria silenciosa» e o 25 de Novembro, cabe recordar a defesa tenaz dessas conquistas não teria sido possível se uma percentagem importante dos trabalhadores não tivesse resistido com firmeza à ofensiva restauradora dos governos do PS e do PSD.

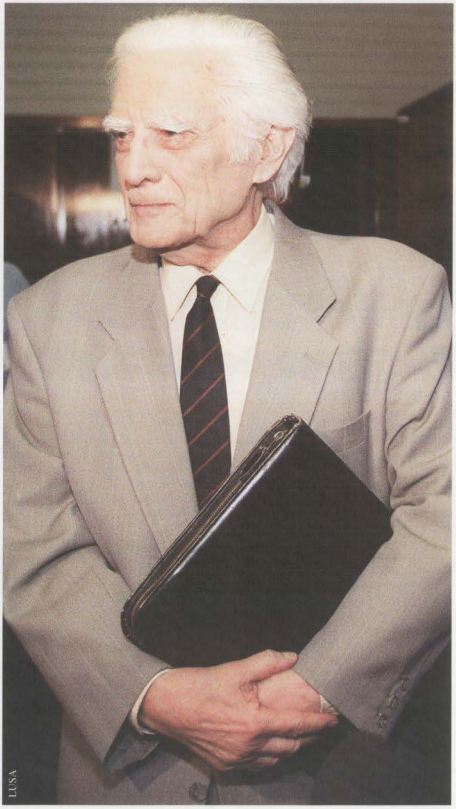
A intervenção pessoal de Álvaro Cunhal na construção de um colectivo partidário mobilizado para uma luta difícil foi determinante naqueles anos. Tal como o foi o esforço que desenvolveu para combater a campanha permanente que a direita (e não só) desenvolveu a partir da Constituinte para reduzir ao mínimo a participação dos militares de Abril na vida política portuguesa. Álvaro Cunhal atribuiu sempre ao MFA o mérito pelo derrubamento do fascismo. Mais, na sua opinião foi a aliança do MFA com o movimento popular que permitiu o desenvolvimento da Revolução Portuguesa.

Escreveu-se e falou-se muito sobre o dirigente comunista e o cidadão. Mas a maioria das opiniões emitidas pelos seus adversários políticos caracterizaram-se pela ambiguidade. Deformaram-lhe sistematicamente o pensamento.

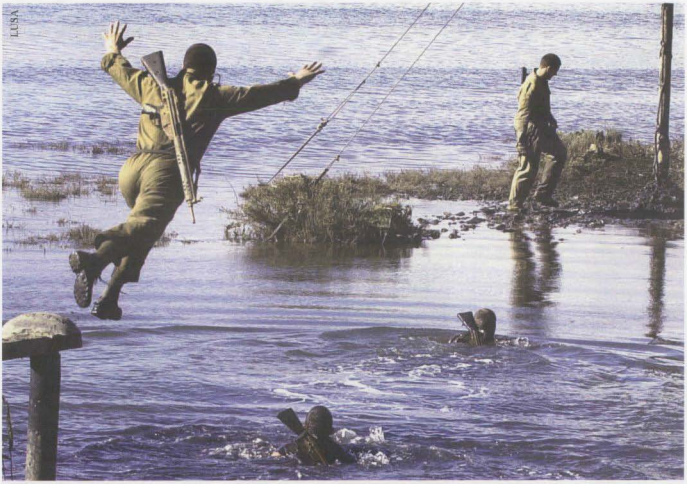
Mário Soares – apenas um exemplo – afirma que Álvaro Cunhal se bateu pela implantação de «uma democracia popular» inspirada pelas existentes nos países do leste europeu. Trata-se de uma inverdade. O secretário-geral do PCP teve sempre uma opinião muito crítica sobre os regimes em questão e o trabalho dos partidos ali no poder. Nunca defendeu, aliás, o partido único.

Lamento que em Portugal o sistema mediático não tenha divulgado alguns dos trabalhos que em dezenas de países - nomeadamente no Brasil e no México - foram dedicados ao autor de *Até Amanhã Camaradas*.

O seu grandioso funeral foi uma herança carregada de lições para o partido revolucionário que conferiu significado à sua existência. ■



LUSA



FA: "Fogo de Vista" e Corporativismo

MONTEIRO VALENTE

TRINTA ANOS APÓS o 25 de Abril e quase um século depois da sua criação morreu o serviço militar obrigatório. Após um prolongado período de agonia, foi passada a certidão de óbito a um serviço há muito descaracterizado, substituído por um problemático novo modelo semi-profissional. Mas, entretanto, deixou-se por fazer o mais importante, que era a adequação dos efectivos dos quadros permanentes, do sistema de forças, do dispositivo territorial, das estruturas logísticas e dos comandos superiores ao novo modelo militar, legando-se uma situação paradoxal de umas Forças Armadas com quase tantos graduados como praças e mais generais e almirantes que unidades operacionais. Em suma, fez-se o que era mais fácil e simpático e deixou-se por fazer o que de mais necessário e urgente se impunha realizar previamente, só porque era susceptível de criar resistências corporativas politicamente incómodas.

Em nome de «menores mas melhores forças armadas», reduziram-se significativamente os seus efectivos, mas a apregoada maior eficácia não foi, ainda, além das aparências, sobretudo porque a verdadeira reorganização militar, há muito tempo anunciada, continua por fazer, por falta de vontade militar e coragem política. E o resultado disso é que os efectivos dos escalões mais baixos se esgotam diariamente nas actividades de vida corrente das mais de mil e duzentas unidades, estabelecimentos, órgãos e outras infra-estruturas, sendo cada vez menos o que delas sobra para a componente operacional, enquanto os escalões mais elevados se entretêm a justificar a sua própria existência, ou, utilizando a própria linguagem castrense, esforçando-se por manter a "aparência da fisionomia da frente", consumindo o seu tempo em estudos intermináveis, em planeamentos irreais e em guerras virtuais, numa aparência profissional de tal modo interiorizada que chega a ser vivida como realidade. A comprová-lo está o facto de, apesar dos anunciados aumentos do número de voluntários e das missões externas das Forças Armadas, a sua força operacional projectada tem

vindo, ano após ano, a ser cada vez mais reduzida, não ultrapassando hoje, no caso do Exército, uns ridículos quinhentos militares. Ou seja, um Exército de cerca de vinte mil homens e mulheres para empenhar externamente menos de um batalhão!

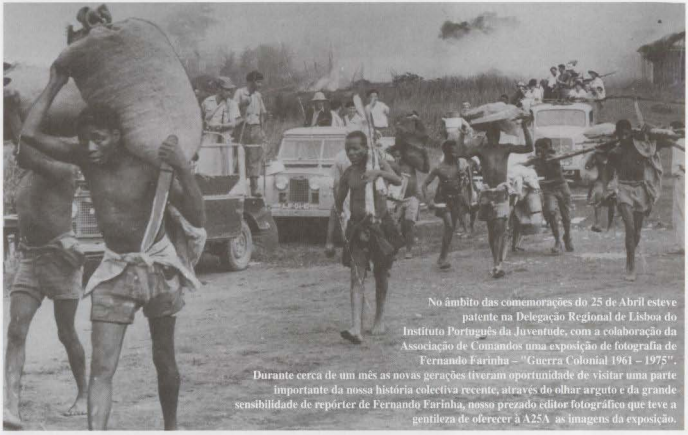
Em matéria de reequipamento, a crer no que tem vindo a público até se julgará que Portugal terá agora umas Forças Armadas modernas, mais sofisticadas e eficazes, quando a verdade é que das muitas aquisições anunciadas poucas foram as realmente adjudicadas e raras as concretizadas. E felizmente, diga-se! Para combater que inimigo se encomendaram dois submarinos para a Marinha e mais uma esquadra de vinte caças F-16 para a Força Aérea e vários helicópteros para o Exército quando, passados mais de trinta anos sobre o fim da guerra colonial, ainda nem sequer se adquiriu uma nova espingarda automática para substituir a velha G-3? Só se for para travar as guerras que povoam a imaginação bélica de muitos profissionais e que escondem chorudos e suspeitos negócios por quem delas se aproveita.

Ao contrário do que se tem vindo a afirmar, as Forças Armadas só quase existem na imagem ilusória que delas tem sido passada para a opinião pública através de luzidias cerimónias de "pompa e circunstância", impressionantes paradas e aparatosas demonstrações de "fogo de vista", encobrindo uma realidade de reduzida eficácia operacional, crescente desmotivação e preocupantes tensões internas. E, entretanto, desperdiçam-se anualmente avultados encargos financeiros para as sustentar.

É tempo de pôr termo a esta situação. As Forças Armadas não podem servir objectivos ideológicos de um partido e o País não tem recursos económicos para delapidar na deriva de prioridades estratégicas consoante as conjunturas políticas ou para satisfazer interesses sectoriais, nem para desbaratar no arrastamento de situações arcaicas à mercê da inércia dos militares para perpetuar dispendiosos e ilusórios *status* corporativos. As próximas decisões políticas sobre as Forças Armadas não poderão deixar de ser coerentes com a realidade do País e com as suas novas missões no quadro dos verdadeiros interesses nacionais e da prioridade da opção estratégica europeia. Não para se confrontarem ao serviço de uma outra eventual futura superpotência mundial, mas para colaborarem em missões de segurança, humanitárias, de cooperação e de paz num quadro multilateral e, internamente, em tarefas de interesse público e de apoio à protecção civil das populações. E para isso não necessitam de sofisticados e dispendiosos meios de combate convencionais, mas de forças facilmente projectáveis, de equipamentos versáteis e de meios logísticos polivalentes, o que está ao alcance dos recursos nacionais e já provou ser o mais adequado às suas novas missões. É tempo de pôr termo às fantasias de políticos, almirantes e generais, que teimam em viver num tempo passado e num País irreal. ■

LUSA

Exposição de Fernando Farinha



No âmbito das comemorações do 25 de Abril esteve patente na Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude, com a colaboração da Associação de Comandos uma exposição de fotografia de Fernando Farinha – "Guerra Colonial 1961 – 1975".
Durante cerca de um mês as novas gerações tiveram oportunidade de visitar uma parte importante da nossa história colectiva recente, através do olhar arguto e da grande sensibilidade de repórter de Fernando Farinha, nosso prezado editor fotográfico que teve a gentileza de oferecer à A25A as imagens da exposição.

Dinastia de Avis

CONFORME PROMETIDO no número anterior, fazemos aqui uma referência mais alargada ao livro recentemente publicado pelo Coronel David Martelo.

Desta vez, o nosso consócio afasta-se no tempo e dos temas que tem tratado em obras anteriormente publicadas, para nos levar à 2.ª Dinastia e aos seus reis, e às suas obsessivas tentativas de unirem a coroa de Portugal à coroa de Castela, numa primeira fase, à de Espanha, após a reunião dos reinos espanhóis nos finais do século XV, numa segunda fase.

Deixamos aos especialistas a apreciação do mérito da tese defendida pelo autor sobre as verdadeiras razões que estiveram na origem de tal procedimento.

Para o leitor comum este livro ajuda sobretudo a perceber os complicados e sucessivos enlaces matrimoniais entre as casas reinantes de Portugal e Espanha.

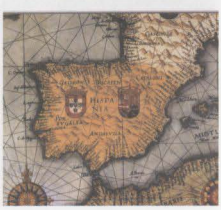
O autor, com uma precisão e uma clareza típica dos relatórios militares, apoiado em extensas citações de autores contemporâneos dos acontecimentos relatados e recorrendo quando necessário a mapas e quadros, que ajudam enormemente a perceber as intricadas relações familiares dos monarcas assim como a evolução das fronteiras peninsulares, descreve em pormenor as repetidas tentativas que os reis da Dinastia de Avis, a partir de D. João II, fizeram para, através de casamentos com os seus parentes além fronteiras, unirem as várias nações ibéricas.

Líderes e Povos

David Martelo

A Dinastia de Avis

e a Construção da União Ibérica



O recordista foi D. Manuel I, que casou sucessivamente com três princesas espanholas, duas irmãs e uma sobrinha, sendo já a sua primeira mulher viúva do malogrado herdeiro da coroa de Portugal, o filho de D. João II! É verdade que as casavam ainda meninas e que nessa época se morria cedo.

É preciso igualmente reconhecer que idêntico procedimento, talvez não tão descarado, foi igualmente seguido pelos soberanos Espanhóis.

Eis pois uma obra cuja leitura é fácil para qualquer leitor minimamente interessado neste período da nossa história, e que recomendamos vivamente aos nossos associados.

Seria injusto terminar esta breve notícia sem fazer um elogio aos editores da obra que conseguiram apresentar um livro praticamente sem gralhas, o que é hoje em dia extremamente raro no meio editorial português. Temos sempre presente como mau exemplo, o livro publicado há pouco mais de dois anos pelo General Loureiro dos Santos, sobre a conquista de Ceuta, em que colunas inteiras do texto eram repetidas sem que os revisores disso se tenham apercebido! ■

F. C.

Notícias do Bridge

Época 2004/2005

REALIZARAM-SE AS SETE SESSÕES mensais do IV Troféu com a participação de cem concorrentes, o que traduz o interesse que os praticantes manifestaram por esta nossa iniciativa. Para além da prática competitiva e de são convívio, a realização do Troféu trouxe animação acrescida à nossa sede, com reflexos no movimento do Restaurante e do Bar, o que é de referir com agrado.

Os prémios previstos foram conquistados pelos seguintes jogadores:

1.º Prémio – Luís Galvão e J. Fonseca Rocha;

2.º Prémio – Inocência Araújo e Celso Ferreira;

Prémio Sócios A25A – Vasco Lourenço e Fernando Neves.

A A25A agradece a participação dos jogadores concorrentes e apresenta felicitações aos premiados.

De referir a colaboração prestada pelo árbitro oficial, António Eanes, cuja competência técnica em muito contribuiu para o desempenho do evento.

Época 2005/2006

Dando sequência a uma realização já com tradições no meio bridgistico nacional, a Secção de Bridge da A25A já programou, em coordenação com ARBL e com a FPB, a actividade competitiva para a próxima época que se materializará com a realização do V Troféu.

Será uma prova com oito sessões (das quais contam apenas as seis melhores apara a classificação final) a realizar nas seguintes datas:

11 de Outubro de 2005
6 de Dezembro de 2005
17 de Janeiro de 2006
14 de Fevereiro de 2006
14 de Março de 2006
4 de Abril de 2006
9 de Maio de 2006
7 de Junho de 2006.

Os praticantes, associados da A25A, ou simplesmente amantes da modalidade, terão assim oportunidade de participar na nossa prova, a realizar num espaço agradável e num ambiente de são convívio, que é um dos objectivos sempre perseguidos pelas nossas organizações.

Escolha uma parceira ou um parceiro, programe a sua participação e venha competir com entusiasmo e sem temor. ■

CRUZEIRO NA RÚSSIA

Venha connosco à RÚSSIA em 9 de JUNHO de 2006
(12 dias/11 noites)

Visitando Moscovo e São Petersburgo e o Interior da Rússia

1.º Dia – Lisboa/Moscovo
Partida para Moscovo. Transporte para o barco escolhido.
Recepção de boas vindas com actuação de grupo folclórico russo.
Instalação, jantar e alojamento.

2.º Dia – Moscovo
Pensão completa a bordo. Visita da cidade de Moscovo com destaque para as áreas administrativas. Visita ao Kremlin incluindo uma das suas catedrais.

3.º Dia – Moscovo/Uglich.
Pensão completa a bordo. Partida em direcção a Uglich.

4.º Dia – Uglich/Yaroslavi
Pensão completa a bordo. Visita do Kremlin em Uglich.

5.º Dia – Yaroslavi/Goritzy
Pensão completa a bordo. Visita da cidade de Yaroslavl com destaque para Mosteiro Spassky.

6.º Dia – Goritzy/Kizhi
Pensão completa a bordo. Visita do Mosteiro de Kirilo Belozerskiy.

7.º Dia – Kizhi/Mandroga
Pensão completa a bordo. Visita do Museu de Arquitectura.

8.º Dia – Em navegação
Pensão completa a bordo. Dia dedicado às actividades a bordo.

9.º Dia – São Petersburgo
Pensão completa a bordo. Chegada a S. Petersburgo cedo pela manhã.
Visita desta cidade, Durante a visita podemos apreciar o famoso cavalo de bronze, as Catedrais de S. Isaak, Smolny, Virgem de Kazan, os edifícios do Senado, os palácios e o cruzador "Aurora". Visita da Fortaleza de Pedro e Paulo, o mais antigo monumento histórico e arquitectónico da cidade.
Possibilidade de "viver" as "Noites Brancas em S. Petersburgo.

10.º Dia – São Petersburgo
Pensão completa a bordo. Visita ao Hermitage, um dos museus mais famosos do mundo fundado em 1764. Originalmente a residência dos Czares, com quase 5000 salas.

11.º Dia – São Petersburgo
Pensão completa a bordo. Excursão a Pushkin e Peterhof com almoço no Restaurante Podvorye. Situados nos arredores de São Petersburgo. Pushkin foi a residência de Verão da Czarina Catarina, a Grande. Peterhof é a perfeita expressão de triunfalismo.

12.º Dia – São Petersburgo/LISBOA
Em hora a determinar, transporte para o aeroporto. Partida com destino a Lisboa ou Porto via ponto da Europa. Chegada.

Preço: a partir de € 2.100,00
(dependendo do número de participantes)

Número de lugares limitado – Inscrições até 31 de Dezembro de 2005
(Possibilidade de pagamento em prestações)

Contacte a Associação 25Abril

Tel. 21 324 14 20 ou a25a.tesouraria@25abril.org

Vivências na China

MARTINS LOPES

Xiang Shan. Encontrarmo-nos no meio de uma civilização com referências culturais completamente diferentes da nossa, provoca aquilo que é normalmente conhecido por "choque cultural" e que é ultrapassado de forma diferente, de pessoa para pessoa, criando mecanismos de adaptação e sobrevivências próprios.

No meu caso, senti necessidade de subir ao topo do terraço do edifício onde se encontrava o meu dormitório, a fim de ter uma ideia onde me encontrava. E, de imediato, a primeira referência acolhedora que vislumbrei na linha do horizonte a norte de Beijing foram os recortes de montanhas que se me assemelharam com a Serra de Sintra e em que não faltavam alguns edifícios e torres, a lembrar o Castelo da Pena.

Daí em diante passei a olhar regularmente para aquelas montanhas, tentando adivinhar qual a evolução meteorológica, tal qual fazia em Lisboa em relação a Sintra. Ao olhar para elas sentia que estreitava a distância que me separava daquelas que se encontravam a mais de 10 000 km para Oeste.

Na primeira oportunidade indaguei pelo seu nome, Xiang Shan (Montanha Perfumada). A minha curiosidade em a visitar aumentava à medida que ia verificando a ligação muito estreita dos chineses às montanhas.

Era frequente ouvir as perguntas: - Ni xihuan bu xihuan pa shan ma? (Gostas de subir à montanha? Quando vais subir à montanha?).

Habituei-me a olhar para a maior parte das pinturas chinesas, com magníficas paisagens sobre um fundo montanhoso, interpretando a ligação muito estreita entre o Homem e a Natureza e reforçada com expressões poéticas numa outra manifestação de arte, a caligrafia.

Descobri que as principais montanhas são referências culturais para as três escolas do pensamento filosófico ou religioso chinês: taoismo, confucionismo e budismo.

Cinco montanhas sagradas com ligação ao Taoismo (wu da yue): Tai Shan (Montanha do Céu), na província de Shandong; Hua Shan e Heng Shan, em Shanxi; Heng Shan, em Hunan; Song Shan, em Henan. Locais de peregrinação, de culto, de residência dos deuses.

Tai Shan. Quatro montanhas relacionadas com o budismo (si da fuo shan): Wu Tai Shan, Mei Shan, Jiu Hua Shan, Pu Tuo Shan. Destas, a Mei Shan constitui a maior atracção turística. O cume dos Dez mil budas (Wanfoding) é o mais elevado, a 3099 metros de altura. É aqui que tem lugar um fenómeno físico, antes do pôr do sol ou depois de um período de chuva ou de neve, denominado "auréola de Buda", pois para os seus seguidores, neste círculo de sete cores refractadas que se movimentam de acordo com o próprio movimento de cada um, podem descobrir-se raios de luz provenientes da imagem esbatida de Buda.

Visitei finalmente Xiang Shan num fim-de-semana de Outubro. Multidões de chineses apinhavam-se nas principais entradas para as zonas protegidas da montanha. Lá dentro, pessoas de todas as idades, seguindo pelos mais diversos sítios (carreiros, trilhos, estradas ou a corta-mato) iniciavam a escalada numa manifestação de alegria contagiante, parando para admirar a paisagem e enchendo exuberantemente o peito de ar puro.

O colorido da vegetação reproduzia o ambiente de Outono, com vários tons de amarelo e castanho a salpicar a paisagem dominada por grande variedade de tons de verde. De imediato verifiquei a preocupação de cada chinês apanhar as melhores folhas caídas no chão que protegiam e guardavam. Segui-lhes o exemplo.

À medida que subíamos a imagem de Beijing plana, imensa, com mais de 13 milhões de habitantes desdobrava-se lá em baixo. Dificilmente vislumbrei lá longe a Torre da minha Universidade. No topo, era já difícil encontrar espaço para circular livremente tal a enchente que se verificava. Consegui espreitar para um pequeno pavilhão com evocações históricas sobre Beijing relacionadas com uma Rainha, o seu filho e respectiva esposa.

Na base um Museu botânico, um Templo budista inundado de visitantes e vários aglomerados de pessoas. Plastificavam as folhas que tinham colhido. ■

Homenagem ao coronel Nogueira de Albuquerque

ANTÓNIO AFONSO GONÇALVES

QUANDO ERA CRIANÇA, na minha aldeia transmontana, a minha Avó, como todas as Avós, contava-me histórias e dava-me conselhos, e dum delas nunca me esqueci. Rezava assim: "*Olha meu rapaz: durante a tua vida convém que percebas que as pessoas se dividem em três grupos: ele há homens, homnicacos e homnicaquinhos; e tu tens de escolher*". Verifiquei ao longo da vida que a boa da minha avó tinha razão, e hoje, quando foi a enterrar o coronel António Luís Nogueira de Albuquerque, decerto todos concordarão que, segundo aquela tipologia, foi um HOMEM, este que baixou à terra e nos deixou.

Coragem, Lealdade e Amizade, apanágio de alguns, foram inquestionáveis virtudes que cultivou. Coragem mostrou-a ao longo de toda a sua vida, de modo muito particular no Movimento dos Capitães que conduziu ao 25 de Abril e no qual foi pedra basilar, pois foi o Comandante que nunca vacilou e que incutiu em cada um de nós a força necessária para ultrapassarmos as dúvidas e os medos já que, determinado e consciente da importância e do alcance da missão que aceitou cumprir, nunca esmoreceu, nunca tergiversou, nunca no seu rosto transpareceu um assomo de fadiga, um indício de desânimo e mesmo naquelas ocasiões em que tudo eram dúvidas, a sua serenidade alento e autoconfiança contagiaram todos. Lealdade foi também o padrão da sua vida: quem, daqueles que o conheceram bem, duvidou alguma vez das suas palavras, propósitos ou atitudes? E quanto a Amizade, foi o amigo certo na hora certa e da hora incerta.

Face a atitudes que teve por incorrectas da parte do Exército que de forma brilhante serviu com honra, o Major Albuquerque afastou-se do serviço activo mas sem se deixar abater. A atestar isso está o entusiasmo com que se entregou a novas tarefas em que se lançou no mundo empresarial em Matosinhos, onde granjeou a estima e o respeito de quantos com ele conviveram e trabalharam nos últimos vinte e cinco anos.

Quando o último ressoar dos tiros de salva honraram o guerreiro que os seus camaradas de armas transportaram para a última morada, pensei no amigo e no militar de Abril e, naquele momento, o que mais recordei do seu convívio foi a sua simpatia natural e firmeza de carácter inexcedíveis. ■

Associados falecidos

NO ÚLTIMO TRIMESTRE chegaram-nos as notícias do falecimento dos seguintes associados:

Vasco dos Santos Gonçalves
(sócio fundador n.º 1243);
António Luís Nogueira de Albuquerque
(sócio fundador n.º 1291);
José Carlos Alves Patrício
(sócio fundador n.º 1372);
Manuel Ribeiro
(sócio efectivo n.º 1735);
António Augusto da Silva
(sócio efectivo n.º 1979);
Ludgero Eugénio Pinto Basto
(sócio efectivo n.º 2249);
Jorge de Mendonça Torres
(sócio efectivo n.º 2314).

Às famílias enlutadas, apresentamos os nossos pêsames. ■

Dr. Ludgero Pinto Basto

JOSÉ LUÍS VILLALOBOS

FALECEU NO PASSADO DIA 24 de Maio com noventa e seis anos de idade o associado dr. Ludgero Pinto Basto, médico de longo passado antifascista que sempre pautou a sua vida pela luta contra o regime anterior ao 25 de Abril e pelos ideais da liberdade e da solidariedade humana, valores que partilhou com outros vultos eminentes da resistência à ditadura, como sejam os doutores Fernando Vale e Arménio Ferreira, já falecidos, ou o Prof. Emídio Guerreiro, entretanto falecido, com quem conviveu em Paris.

Desde cedo, ainda aluno do liceu, começou a sua luta contra a ditadura participando em 1931 na greve estudantil o que o levou a ser preso pela polícia política juntamente com dezenas de colegas. Em 1937, já como médico, encontra-se em Paris e posteriormente em Espanha a colaborar com as Brigadas Internacionais que combatiam na guerra civil espanhola.

Tendo aderido ao PCP em 1932, chegou a fazer parte do seu Comité Central em 1938 juntamente com Francisco Miguel e Álvaro Cunhal, tendo sido preso no ano seguinte e condenado a vinte meses de prisão que cumpre em Caxias, sendo posteriormente enviado para o Forte do Castelinho em Angra do Heroísmo onde permaneceu preso mais dois anos como medida de segurança.

Regressado a Lisboa retoma a clínica especializando-se em endocrinologia. Em 1944 consegue concorrer ao internato geral dos Hospitais Civis de Lisboa desenvolvendo a sua actividade clínica em diversos estabelecimentos hospitalares de Lisboa, tendo sido aposentado em 1979 como chefe da clínica de medicina interna do Hospital de Santa Marta em Lisboa, mantendo-se a chefiar o serviço de endocrinologia em regime de voluntariado. Entre 1973/76 partilhou com Carlos George a regência do ensino de Clínica Médica do 6.º ano da Faculdade de Medicina de Lisboa, tendo desempenhado também diversas funções administrativas entre as quais a de membro do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos (1959-1961) e da Comissão Provisória de Gestão dos Hospitais Civis de Lisboa.

A luta política leva-o a participar na campanha eleitoral de Norton de Matos e posteriormente nas candidaturas de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado, na década de cinquenta. A par da actividade política e do exercício da medicina, mantém até final dos seus dias uma vida muito activa em termos de colaboração escrita e de tradução de artigos e livros, nomeadamente de natureza médica. Precisamente no dia da sua morte é posta à venda pela Editora Terramar a sua última tradução com o título «Bukharine Minha Paixão», obra escrita pela mulher do pensador e político russo condenado à morte em 1938 e reabilitado cinquenta anos mais tarde.

Tendo sido agraciado em 2004 com o grau de Oficial da Ordem da Liberdade, no momento do seu falecimento é a dimensão de quase um século enquanto lutador pela liberdade deste nosso associado que pretendemos aqui recordar de forma breve, guardando na nossa memória a sua amizade e o seu exemplo de cidadão e de médico que dedicou todas as suas forças ao serviço dos seus ideais de «solidariedade humana e igualdade social»[1]. Com este seu passado de Cidadão exemplar e de lutador pela Liberdade, não se estranhará a sua total identificação com o 25 de Abril que fazia questão de sempre invocar e a sua adesão à A25A de que foi associado até ao fim da sua vida. Foi uma honra termos podido contar entre nós com o nome desta figura ímpar do Portugal de Abril. ■

[1] António Melo, in *Público*, 25-05-05, p.13.

Regularização de Quotas

A Associação 25 de Abril está empenhada em prosseguir uma gestão rigorosa e em cumprir o programa de actividades a que se propõe.
Para que tudo isto seja possível, é necessário que os associados compreendam os desígnios da Direcção e atempadamente satisfaçam o pagamento das suas quotas.

Convites feitos à A25A

ABC – CINE CLUBE de Lisboa – Inauguração da «Retrospectiva do cinema Cubano», 20-06-2005; Galeria 9arte, inauguração da exposição de pintura «Alma Cor Índio» de Sebastião de Sousa, 28-04-2005; Galeria Ratton/Convento dos Cardeais, Inauguração da exposição «Horizonte» de Andreas Stöcklein, 16-04-2005; Oficina do Livro, lançamento do livro «Rosa Brava» de José Manuel Saraiva, 03-05-2005; Associação de Ginástica de Lisboa, Comemorações do seu 15.ºAniversário, 18-04-2005; Associação Escadote Cultural, inauguração da exposição colectiva de pintura, escultura, joalheria e fotografia, 07-05-2005; Bloco de Esquerda, sessão de encerramento da IV Convenção Nacional, 8-05-2005; Câmara Municipal de Almada – Apresentação do Festival de Almada 2005 e inauguração de Ana Vidigal, 16-06-2005; Câmara Municipal de Gaia – Estreia do 2002 espectáculo do TEP «António José da Silva», 19-05-2005; Câmara Municipal de Grândola, Teatro com poesia de língua portuguesa «A Volta da Língua», 25-05-2005; Câmara Municipal de Lisboa/Editorial Caminho – apresentação do livro «1939-1945 – Uma Guerra desconhecida» de Paul-Marie de la Gorce, 07-06-2005; Centro Cívico-Cultural e Social da Ribeira Seca – Lançamento do CD «Machico-terra de Abril» do Padre. Martins Júnior, 11-05-2005; Comissão Organizadora da Gala de Ginástica de Lisboa – Gala de Ginástica da Cidade de Lisboa, Troféu «Moura e Sá», 27-05-2005, Companhia Teatral do Chiado, Estreia da peça «Paris é uma Miragem» 16/17/18-06-2005, Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes – 15.º Encontro de Deficientes – 25-06-2005; Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Dia Nacional das Colectividades, 31-05-2005, Director do Instituto da Defesa Nacional, seminário «União Europeia, Hoje», 11-05-2005; conferência «President Bush's visit to Europe and the Transatlantic Relationship», 18-04-2005; Edições Minerva, lançamento do «Académica sempre – a poética do futebol» de Carlos Carranca, 23-06-2005; Editorial Caminho, apresentação do livro «Pontes e Fronteiras da Literatura Tradicional à Literatura Contemporânea». 19-04-2005, apresentação do livro «Atletismo Português – gestão da crise de Valores», 27-04-2005, lançamento da obra «Mulheres e Cidadania: Alguns perfis e acção política» de Maria José Maurício, 29-06-2005; Editorial Caminho/RDP-África/ Fundação Cidade de Lisboa – apresentação do livro «E se Amanhã o Medo» de Naguib, 01-06-2005; Editorial Caminho/ Comité Olímpico de Portugal – sessão de lançamento do livro «Largo da Memória» de Homero Serpa, 21-04-2005; Editorial Caminho/Teatro Nacional de São Carlos - Lançamento do obra «A culpa é do Maestro – crítica musical 1990 – 2000», 24-05-2005; Editorial Nzila /RTP-Africa – Lançamento dos livros «Antes do Quarto» e «João Kyomba em Nova Iorque» de Luís Fernando, 20-04-2005; Fundação Mário Soares – inauguração da exposição de fotografia de arquivos russos «60 anos depois Vitória dos Aliados na II Guerra Mundial», 24-05-2005; Conferência Primeiro –Ministro da Rep. Dem. de Timor-Leste Mari Alkatiri – 03-06-2005; Fundação Mário Soares, Comissão de Homenagem a Francisco Lyon de Castro e a Família Lyon de Castro, inauguração da exposição «Francisco Lyon de Castro – Cidadão Militante», 28-04-2004; Galeria de Arte Capitel – Inauguração da exposição de Hélio Cunha , 16-04-2005; Inauguração da exposição de Clementina Antunes, Bruno Pedrosa e Humberto Lola dos Reis – 11-06-2005; Galeria 59, inauguração da exposição de pintura de João Mouro, 06-05-2005; Galeria de Arte do Casino de Estoril, inauguração da exposição de Marco Leandro «Pequeno ser», 21-05-2005; inauguração da exposição de Pedro Castanheira «Teatro de Liuzes», 21-05-2005; inauguração da exposição de cerâmica de Artur José, 30-04-2005, inauguração da exposição de pintura de Nadir Afonso, 19-03-2005; Hospital Júlio de Matos – debate «Uma vida em pessoas» com António Mega Ferreira, 19-05-2005, debate «Perversões Sexuais», 28-04-2005, Instituto da Defesa Nacional – Colóquio «As Revoluções Modernas e política externa e de segurança e de defesa Portuguesa», 12/13-05-2005; Instituto Franco-Português - apresentação do livro «Le Brésil» de Montaigne, 07-06-2005; lançamento do romance «As minhas noites com Descartes» de Huguette Bouchardeau, 28-04-2005; Instituto Português da Juventude, Exposição sobre a Guerra Colonial de Fernando Farinha, 5-05-2005; Junta de Freguesia da Pena, inauguração da exposição «Projecto parcerias – Vale a pena conhecer a Pena II», 14-06-2005; Junta de Freguesia da Venteira, inauguração da exposição de Final de Ano dos Atelieres do espaço Venteira, 29-06-2005; José João Marques Pais, lançamento do livro «Gente de outro ver», 01-05-2005; Publicações D. Quixote/Instituto Franco-Português, apresentação do livro «Lisboa na cidade negra» de Jean-Yves Loude, 02-06-2005; Publicações D. Quixote/Fundação Mário Soares, apresentação do livro «Da prata ao ouro História de um toureiro-Mário Coelho» 27-06-2005; Sociedade de Instrução e Beneficência a Voz do Operário – jantar comemorativo do 122.º aniversário da instituição, 25-05-2005; Teatro da Cornucópia, espectáculo «A cadeira» de Edward Bond, 16-06-2005; Teatro Municipal de Almada – espectáculo «A Dança da Morte» de Augusto Strindberg, 18-005-2005; Museu Nacional da Imprensa – Inauguração da exposição «Zé Povinho, 130 anos» 12-06-2005. ■

Ofertas feitas à A25A

Ofertas feitas Medalha da Câmara Municipal de Loures, oferta da Câmara Municipal de Loures; uma medalha de bronze e uma de prata - oferta do associado António Baltazar Lourenço; medalha, livro, estatueta de Clementino Baeta e uma salva comemorativa do 31.º aniversário do 25 de Abril, oferta da Junta de Freguesia de Almancil; oferta de uma estatueta, do Grupo de Motard de Almancil; livro oferta do escultor José Coelho de Torres Novas; estatueta comemorativa do 31.º Aniversário do 25 de Abril, oferta da Associação de Artesãos da Região do Minho; oferta de uma placa pelo Instituto Militar Pupilos do Exército; oferta de um álbum com desenhos comemorativo do 31.º Aniversário do 25 de Abril, oferta da escola Maria Lamas de Torres Novas; placa comemorativa do 31.º Aniversário do 25 de Abril, oferta do Clube Sportivo Adicense; painel de azulejos, comemorativo do 31.º Aniversário do 25 de Abril, oferta da Junta de Freguesia da Pena; placa comemorativa do 31.º Aniversário do 25 de Abril, oferta da Junta de Freguesia da Ameixoeira; livro, 2 CDs de música, medalha e avião em cristal, oferta do associado José de Barros; livro «L'Andorra» de Francesc Galobardes, oferta do embaixador em Andorra; prato decorativo «História de Andorra» e um CD do grupo folclórico «Casa de Portugal», oferta Casa de Portugal em Andorra; cinzeiro, oferta do restaurante Doudentz; dois CDs do Grupo Folclórico do Alto Minho/Andorra, duas cassetes de vídeo e duas T-Shirts, oferta da Associação Cultural do Alto Minho em Andorra; dois diplomas do Governo do Canadá, um diploma de um membro do Parlamento da Província de Ontário, uma placa do Núcleo Capitão Salgueiro Maia de Toronto comemorativa do 31.º Aniversário do 25 de Abril, oferta do Núcleo Salgueiro Maia em Toronto; Livro «O Meu Mundo», oferta de Fátima Roque Antunes; livro «Portugal Político», oferta do Cônsul de Portugal em Toronto; medalha do 50.º Aniversário – Celebração Luso-Canadiana, oferta da Galeria dos Pioneiros Portugueses de Toronto. ■

Vamos aprender Bridge! (67)

LUÍS GALVÃO

NÃO QUERO ENCERRAR a alínea dos GOLPES DIVERSOS sem referir três manobras de grande espectacularidade ainda que, reconheço, de pequena ocorrência. Refiro-me ao CLASH, ao GOLPE DO DIABO e à PASSAGEM INTERNA.

1 – O CARTEIO

1.3 – O CARTEIO EM TRUNFO

1.3.7 – GOLPES DIVERSOS

1.3.7.5 – CLASH

A aplicação técnica deste golpe está perfeitamente contida na análise da mão:

♠D74
♥ADV6
♦82
♣RV83

♠A6
♥1073
♦RDV4
♣D954

N / W / E / S

♠R
♥854
♦109653
♣A1062

♠V1098532
♥R92
♦A7
♣7

W	N	E	S
	1♣	-	1♠
-	1ST		4♠
-	-	-	

Saída: R♦

Contabilizando as perdentes S encontrou:

2 a ♠ (INELUTÁVEIS)
1 a ♦ (DIFERIDA)
1 a ♣ (INELUTÁVEL)
4 Perdentes

Como fazer para que uma das perdentes desapareça? Tão simples como espectacular! Basta que o carteador apanhe a mão com o A♦ e, de imediato, comece a bater o naipe de ♥ apostando numa distribuição 3/3 na posse dos ADV. Se tal acontecer (36%) e se as ♠ estiverem A6/R ou A/R6 o contrato não se pode perder. Senão vejamos:

- Ao bater, em N, a 4.ª carta de ♥, E ou corta ou balda. Se cortar (não importa se com trunfo pequeno se com a figura), S balda o ♦ ou o ♣ perdentes. Se não cortar, o carteador faz na mesma a balda, cabendo a W decidir se corta ou não a vasa. Em qualquer dos casos "desapareceu" uma perdente, dado que se algum dos ADV cortar a ♥, mesmo que com o 6♠, na primeira jogada de destrunfo o A e o R de ♠ vão "cair", um sobre o outro, com todo o estrondo.

O CLASH é pois uma variante da técnica PERDENTE SOBRE PERDENTE com a particularidade de terminar a sua aplicação com a "queda" das duas grandes figuras de trunfo "casadas" na mesma vasa e com a espectacularidade decorrente da tal insólita ocorrência.

1.3.7.6 – O GOLPE DO DIABO

Será possível que o jogador em W, jogando com todo o cuidado, deixe de "fazer" o seu R de trunfo nestas condições:

♠A64

♠R752 — N / W / E / S — ♣3

♠DV1098

É óbvio que com o R♠ à quarta, estando o A à terceira, tudo indica tal ser materialmente impossível. Pelo menos aparentemente, ainda que saibamos que, em bridge, há situações "levadas do diabo"!

E é este o caso, desde que o carteador detenha um tipo de mão que lhe permita preparar a seguinte situação final, após ter feito, por duas vezes, a passagem ao R♠:

♠A
♥6
♦4
♣-

♠R7
♥3
♦-
♣-

N / W / E / S

♠-
♥D
♦-
♣62

♠109
♥9
♦-
♣-

Ao jogar o 9♥, S "obriga" E a ficar em mão. Como este não tem outro naipe que não ♣, não tem outra escolha senão jogar para corte-e-balda.

Reparem o que a situação criada vai provocar:

- S corta e W vai encontrar-se perante o desagradável dilema de, ou recortar com o R♠, perdendo para o A de N ou não recortar mas subcortar e também perder o R para o A, ainda que na jogada seguinte. Situação diabólica cuja característica satânica deu o nome ao golpe que, sendo raríssimo, é de uma espectacularidade gratificante para quem o executa. A sua aplicação exige a identificação da situação, uma eliminação dos naipes, que têm que se encontrar distribuídos favoravelmente, e uma colocação em mão, por forma a obrigar o ADV a jogar corte-e-balda.

Facilmente compreendemos que reunir todas estas circunstâncias numa mesma mão não é ocorrência frequente mas, capturar uma figura que o ADV detém à segunda com uma figura seca na nossa linha, convenhamos que "é obra"!

1.3.7.7 – A PASSAGEM INTERNA

A manobra que vamos apresentar é da autoria do grande jogador brasileiro, com estatuto de estrela internacional, GABRIEL CHAGAS. É óbvio que tendo um "pai" que fala português não podia deixar de ser aqui referida, até porque encerra muito daquela magia bridgista que encanta os praticantes.

♠A962
♥R10
♦RV109
♣R94

♠RD4
♥DV93
♦863
♣752

N / W / E / S

♠107
♥A8654
♦75
♣V863

♠V8
♥72
♦AD42
♣AD10

W	N	E	S
	1♦	-	1♠
-	2♠		4♠
-	-	-	

Saída: D♥

Contabilizando as perdentes S encontrou:

2 a ♥ (com o A♥ à direita)
2 a ♠ (com os trunfos 3/2)
4 Perdentes

Carteador experimentado, S, de imediato colocou a hipótese de o R e a D de ♠ se encontrarem secos (GRAND MARRIAGE), combinação que tem reduzidíssima probabilidade de ocorrência quando, na linha ADV, existem 5 cartas do naipe.

Para além dessa combinação das ♠, não haveria outra que lhe permitisse ceder *apenas* uma vasa em trunfo, por forma a que o contrato fosse exequível?

A resposta a esta questão encontrou-a GABRIEL CHAGAS com a sua PASSAGEM INTERNA.

Propõe o autor que o trunfo seja jogado nesta sequência: 2♠ de N, 7♠ de E, 8♠ de S feito com a D♠ em W. Ficando com a mão em S, na jogada seguinte, o carteador deve apresentar o V♠, apostando na localização do R♠ em W e na existência do 10♠, à segunda, em E. Se se verificar essa distribuição, que é o caso e quando o for, o contrato é conseguido com a cedência de, apenas, uma vasa em trunfo.

É óbvio que, ao terminarmos a alínea dos GOLPES DIVERSOS podemos concluir que, muitos deles, têm uma ocorrência de sucesso muito pouco frequente. É um facto. Mas por que não aplicá-los nas vezes, mesmo que poucas, em que ocorrem? Haverá alguma razão para que não aproveitemos a sua eficácia e desfrutemos o prazer do sucesso em situações complicadas? Julgo que não, sobretudo quando se não perspectivam outras hipóteses de sucesso!

Até ao próximo número. ■

Cinzas de Emídio Guerreiro repousam em Guimarães

EMÍDIO GUERREIRO, o último revolucionário romântico, morreu na cidade de Guimarães, no dia 29 de Junho, após uma longa vida de 105 anos que atravessou três séculos. Segundo vontade expressa, os seus restos mortais foram velados no Palácio Maçónico do Grande Oriente Lusitano e na Sede da Associação 25 de Abril em Lisboa. Cremado em Lisboa, as suas cinzas foram depois transladadas para a cidade berço e repousam agora em jazigo cedido pela Câmara Municipal de Guimarães, no cemitério local da Atouguia.

Emídio Guerreiro nasceu a 6 de Setembro de 1899, em Guimarães, numa família de ideais republicanos. Ofereceu-se como voluntário para lutar na I Guerra Mundial, mas acabaria por não ser integrado nas fileiras do contingente português que combateu em França.

Licenciado em Matemática pela Universidade do Porto, participou na revolta de 3 de Fevereiro de 1927, em oposição ao golpe que estabeleceu o Estado Novo em 1926. É nessa altura que funda no Porto a loja maçónica "A Comuna", do Grande Oriente Lusitano Unido.

Em 1932, a autoria de um panfleto contra o presidente Óscar Carmona levou-o à prisão, de onde se evadiu no mesmo ano. Partiu então para o exílio em Espanha, onde deu aulas, e, em 1936, na Guerra Civil de Espanha, lutou ao lado dos republicanos.

no próximo número prestaremos a devida homenagem a esta figura ímpar da Democracia e Sócio de Honra da A25A

Após a vitória de Franco em Espanha, Emídio Guerreiro exilou-se em França e aí viveu na clandestinidade durante a ocupação alemã. Enquanto durou a II Guerra Mundial foi membro activo da Resistência.

Alcançada a paz, Emídio Guerreiro retomou o ensino da Matemática na Academia de Paris. Viveu na capital francesa até Abril de 2004, onde fez oposição a Salazar e a Caetano, e foi um dos fundadores da Liga Unificada de Acção Revolucionária (LUAR), em 1967.

Regressou a Portugal após o 25 de Abril e participou na fundação do PSD, de que foi presidente em 1975, na sequência da doença de Francisco Sá Carneiro.

Emídio Guerreiro costumava dizer que a sua vida só começou verdadeiramente com o 25 de Abril de 1974, quando então já contava 75 anos de idade.

A morte de Emídio Guerreiro ocorreu na altura em que ultimávamos o fecho deste número de *O Referencial*. Por esse motivo, no próximo número prestaremos a devida homenagem a esta figura ímpar da Democracia e Sócio de Honra da Associação 25 de Abril. ■